

EDITAL

HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS

PREGÃO ELETRÔNICO N ° 088/2020

PROCESSO N° 02-24/2020

▣ **RECEPÇÃO DE PROPOSTAS: INICIO: DIA 25/09/20.**

▣ **ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS**

▣ **DIA 07/10/20 ÀS 09:00 HORAS.**

▣ **ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:**

▣ **DIA 07/10/20 A PARTIR DAS 09:15 HORAS.**

▣ **PRAZO DA DISPUTA: DE 01 (UM) A 05 (CINCO) MINUTOS, MAIS UM TEMPO ALEATÓRIO DE ATÉ 30 MINUTOS. DURANTE A DISPUTA, OCORRERÁ AVISO ALERTANDO PARA O FECHAMENTO IMINENTE DO OBJETO DO PREGÃO.**

▣ **QUESTIONAMENTOS DURANTE O PREGÃO: APÓS FINALIZADO O OBJETO, OS LICITANTES PODERÃO ENVIAR SUAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO OBJETO ARREMATADO, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO.**

▣ **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: PODERÃO SER FORMULADAS DE ACORDO COM O ITEM 4 DO EDITAL.**

▣ **SITES PARA CONSULTAS DOS EDITAIS: [www.comprasnet.com.br](http://www.comprasnet.com.br) e [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) (opção licitações)**

▣ **FONE: (31) 3277-6178 - FAX: (31) 3277-6201**

▣ **CARTILHA DO FORNECEDOR: DEVERÁ SER IMPRESSA PELOS SITES ACIMA REFERIDOS, ATRAVÉS DO LINK "INTRODUÇÃO ÀS REGRAS DO JOGO", PARA QUE NÃO OCORRAM DÚVIDAS DE PROCEDIMENTO DURANTE A SESSÃO. AS DÚVIDAS DE CARÁTER TÉCNICO QUANTO A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO, DEVERÃO SER RESOLVIDAS JUNTO AO SUPORTE DO SERPRO, PELO TELEFONE 0800-978-9001.**

▣ **REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA.**

O Pregão será realizado pelo Pregoeiro Edmundo Souzalima Caldoncelli Franco, designado pela Portaria n° 007/2020 e sua Equipe de Apoio abaixo relacionada:

**Equipe de Apoio:**

- Maria Efigênia Lataliza - HM 556-X - Agente administrativo.

**1. PREÂMBULO**

O Hospital Metropolitano Odilon Behrens - HOB, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, de acordo com a Lei Complementar n° 101/2000, Lei Federal n° 8.666/1993 e posteriores alterações, Lei Federal n° 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto Municipal n° 10.710/2001, Decreto Municipal n° 11.245/2003, Decreto Municipal n° 12.436/2006, Decreto Municipal n° 12.437/2006, Decreto Municipal n° 15.113/2013, Decreto Municipal n° 16.538/2016, Decreto Federal n° 10.024/2019 e demais legislação aplicável.

**2. DO OBJETO**

**2.1.** Constitui objeto desta licitação a **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM REALIZAR PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE RESIDENTES PARA OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE - PRMP DO HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS – HOB E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE – SMSA – PBH**, conforme quantidades, especificações e condições constantes no **ANEXO I** deste Edital.

**2.2.** INTEGRAM ESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DELE FAZENDO PARTE COMO SE TRANSCRITOS EM SEU CORPO, OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I, contendo Descrição do Objeto.

ANEXO II, contendo Modelo de Proposta de Preços.

ANEXO III, contendo a Minuta de Contrato.

ANEXO IV, contendo o Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

ANEXO V, contendo o Modelo de Declaração de Condição de ME OU EPP.

**3. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES**

**3.1.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “COMPRASNET” constante da página eletrônica [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

3.3. O licitante que desejar mais informações sobre a licitação deverá dirigir-se à Sala do Serviço de Compras e Licitações, na Av. José Bonifácio, s/nº, Bairro São Cristóvão – Belo Horizonte/MG, Telefone 3277-6178, fax 3277-6201, no horário de 08:00 as 16:00 horas, e-mail: [cpl@pbh.gov.br](mailto:cpl@pbh.gov.br).

#### **4. DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS**

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do Edital.

4.1.1. Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro àqueles interessados por meio do endereço eletrônico [cpl@pbh.gov.br](mailto:cpl@pbh.gov.br). O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

#### **5. DA CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderão participar deste procedimento licitatório os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

5.2. Estarão **impedidos** de participar de qualquer fase do processo, os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

5.2.1. Tenham sido declarados inidôneos para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da administração direta ou indireta no âmbito federal, estadual e municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único, do artigo 97, da Lei Federal n.º 8.666/1993, bem como as sanções previstas no art. 49 do Decreto Federal n.º 10.024/2019.

5.2.2. Esteja cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS.

5.2.3. Estejam constituídos sob a forma de consórcio<sup>1</sup>.

5.2.4. Estejam sob falência, dissolução ou liquidação.

5.2.5. Tenham como sócio(s) servidor(es) “*lato sensu*” (ocupantes de cargo efetivo/comissionado ou titulares de emprego público), agentes políticos ou dirigente(s), da Administração Direta ou Indireta do Município de Belo Horizonte.

5.2.6. Seja servidor “*lato sensu*” ou dirigente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

5.2.7. Todos demais casos proibidos pela legislação vigente.

#### **6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

6.1. Caberá ao Pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

<sup>1</sup>NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão Eletrônico em tela.

- VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII - indicar o vencedor do certame;
- IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1º. Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

§ 2º. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

## **7. DO PROCEDIMENTO PARA CREDENCIAMENTO JUNTO AO PROVEDOR DO SISTEMA**

7.1. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do "Manual do Pregão Eletrônico tradicional para fornecedores", disponibilizado no endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

7.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilização legal do licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7.4. O licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à provedora do sistema ou ao HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.5. Caberá aos licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante do desconhecimento operacional do sistema ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Decreto Federal n.º 10.024/2019).

**- PROBLEMAS COM CONEXÃO E/OU DÚVIDAS SOBRE O SITE COMPRASNET, UTILIZAR O SEGUINTE NÚMERO: 0800-978-9001.**

## **8. DO ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

8.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

8.1.1. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

8.2. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I. credenciar-se previamente no SICAF ou, na hipótese de que trata o § 2º do art. 5º do Decreto Federal n.º 10.024/2019, no sistema eletrônico utilizado no certame;

II. remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

III. responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV. acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V. comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI. utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII. solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

**Parágrafo único.** O fornecedor descredenciado no SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

**8.3.** A apresentação da proposta implica na declaração, sob as penas legais, que o licitante atende às exigências de habilitação previstas neste Edital.

**8.3.1.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

**8.4.** Não será admitida a desistência da proposta/lance, após o início ou o encerramento da fase de lances.

**8.4.1.** EXCEPCIONALMENTE, após o encerramento da fase de lances, poderá ser acatado o pedido de desistência da proposta, em razão de motivo justo e devidamente comprovado pela licitante, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.

**8.4.2.** Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no subitem acima a licitante desistente ficará sujeita a aplicação de penalidades estabelecidas neste Edital.

## **9. DA ABERTURA E PROCEDIMENTOS NA ETAPA DE DISPUTA DE PREÇOS**

**9.1.** A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, onde o Pregoeiro procederá à abertura das propostas de preços recebidas - respeitando-se o sigilo estabelecido pelo sistema - passando a avaliar a aceitabilidade das propostas.

**9.1.1.** Para usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão, se comprometendo, caso venha a vencer o certame utilizando-se do benefício, a apresentar toda a documentação elencada no presente Edital que ateste o seu enquadramento.

**9.2.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos interessados deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. Para o lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**9.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**9.3.1.** Os licitantes poderão encaminhar lances com valor superior ao menor lance registrado pelo sistema, desde que seja inferior ao seu próprio e último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o objeto.

**9.4.** Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

**9.5.** A duração da etapa de lances da sessão pública, definida para o objeto, será controlada e encerrada pelo Pregoeiro, mediante aviso por mensagem acionada e emitida pelo sistema eletrônico.

**9.6.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO E FECHADO”**, em conformidade ao inciso II, art. 31 do Decreto nº 10.024/2019, o intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo 0,01% (um centésimo por cento), em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**9.6.1.** No **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**, de que trata o inciso II do *caput* do art. 31, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

**9.6.2.** Encerrado o prazo previsto no Item 9.6.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**9.6.3.** Encerrado o prazo, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**9.6.4.** Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o inciso 9.6.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

**9.6.5.** Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

**9.6.6.** Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos incisos 9.6.3 e 9.6.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no 9.6.5.

**9.6.7.** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no 9.6.6.

**9.7.** Após o encerramento da fase de lances, o Pregoeiro deverá encaminhar via chat no sistema eletrônico contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor preço, em consonância ao estabelecido no Acórdão TCU nº 1872/2018 e ao estabelecido no art. 38 do Decreto Federal 10.024/2019.

**9.8.** O sistema informará a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL, OBTIDO PELO MENOR PERCENTUAL ÚNICO DA ARRECAÇÃO COM AS TAXAS DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS PAGANTES, INDEPENDENTE DO NÚMERO DE CANDIDATOS, A SER TRANSFERIDO PELO HOSPITAL À CONTRATADA APÓS DEDUÇÃO DE TRIBUTOS E TARIFAS**, o que será constatado imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

**9.8.1.** Encerrado o item pelo Pregoeiro, com a identificação do licitante classificado com o menor lance, o sistema estará disponível para mensagens pelos licitantes sobre o item em questão, até que seja declarado o vencedor, pelo Pregoeiro.

**9.8.2.** A equipe de apoio/Pregoeiro responderá às mensagens recebidas, para o item, sendo que aquelas referentes a questões técnicas do objeto licitado dependerão de pareceres técnicos dos responsáveis.

**9.9.** Após a disputa do item, ocorrendo a situação de empate prevista nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar n.º 123/2006, o sistema eletrônico possibilitará, automaticamente, a condução pelo Pregoeiro dos procedimentos para obtenção dos benefícios previstos para as ME e EPP.

**9.10.** As Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, deverão apresentar toda a documentação listada no item 12, mesmo que esta apresente alguma restrição, **acompanhada da documentação elencada na alínea “e” do subitem 12.1.3 deste Edital, conforme o caso.**

**9.10.1.** Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal a devida regularização ocorrerá conforme disposto no subitem 9.13.

**9.11.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o interessado desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

**9.11.1.** A autoridade competente, observando-se o motivo do não atendimento das exigências habilitatórias, poderá aplicar o disposto no subitem 14.1 deste Edital.

**9.12.** Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

**9.13.** Nos termos do § 1.º do art. 43 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de setembro de 2006, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, após a arrematação do item, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da

administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**9.13.1.** Nos termos do § 2.º do art. 43 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de setembro de 2006, alterado pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.13, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e no presente Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**9.14.** Os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

9.14.1. Em atendimento ao art. 32 da Lei 8.666/93, após finalizada a disputa de preços e declarado o licitante vencedor, o Pregoeiro conferirá a autenticidade dos documentos apresentados, mediante consulta nos respectivos “sites” emissores, ou mediante diligência via “e-mail ao órgão emissor”, quando for o caso, certificando nos autos a conferência da autenticidade dos documentos juntados.

9.14.1.1. Excluem-se da necessidade de certificação de autenticidade as declarações emitidas pelo próprio licitante, e os relatórios no SUCAF emitido pelo próprio Pregoeiro.

## **10. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PREÇOS**

### **10.1. Da proposta de preços no sistema eletrônico:**

**10.1.1.** A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL, OBTIDO PELO MENOR PERCENTUAL ÚNICO DA ARRECAÇÃO COM AS TAXAS DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS PAGANTES, INDEPENDENTE DO NÚMERO DE CANDIDATOS, A SER TRANSFERIDO PELO HOSPITAL À CONTRATADA APÓS DEDUÇÃO DE TRIBUTOS E TARIFAS.**

10.1.1.1. Os lotes/itens deste Pregão são numerados sequencialmente, devendo ser ofertados em seus quantitativos totais, sob pena de desclassificação da proposta.

10.1.1.2. O(s) preço(s) deverá(ão) ser ofertado(s) em moeda corrente nacional, devendo nele(s) estarem incluídas todas as despesas (tributos, encargos sociais, preços públicos, embalagens, fretes, seguros, e outros que porventura possam recair sobre o objeto da licitação).

10.1.2. As empresas licitantes deverão declarar no campo “INFORMAÇÕES ADICIONAIS” da proposta eletrônica, o pleno conhecimento das exigências de habilitação previstas no Edital.

10.1.3. Ainda no campo “INFORMAÇÕES ADICIONAIS” da proposta eletrônica deverão constar informações tais como: descrição sucinta do(s) produto(s) ofertado(s), conforme exigido no Anexo I deste Edital, e a marca do(s) mesmo(s).

10.1.4. O licitante deverá estar ciente de todas as normas e exigências fixadas neste Edital e seus Anexos, quando do lançamento da proposta de preços.

**10.2.** A proposta escrita deverá conter:

10.2.1. Especificação clara, completa e detalhada dos produtos ofertados, conforme Edital e seus Anexos, com indicação precisa da marca, fabricante e outros dados pertinentes.

10.2.2. Preço **unitário e total de cada item**, devendo neles estarem incluídas todas as despesas, tais como tributos, embalagens, fretes, seguros, e todos os demais encargos porventura existentes.

10.2.3. Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional (exibir valores numéricos e por extenso).

10.2.4. Prevalecerão no caso de divergências, os valores por extenso sobre os numéricos.

10.2.5. Os preços unitários deverão ser apresentados com no máximo 04 (quatro) casas decimais após a vírgula, desprezando-se as frações remanescentes, prevalecendo 02 (duas) casas decimais no valor total.

10.2.6. Modalidade e número da licitação.

**10.2.7. Validade da proposta:** Em consonância ao estabelecido no § 3º do art. 48 do Decreto Federal nº 10.024/2019, o prazo de validade das propostas será de 120 (cento e vinte) dias corridos.

**10.2.8.** Nome e número do Banco e da Agência e número da conta corrente, para realização dos pagamentos.

**10.2.9. Prazo de execução:** a execução do serviço deverá ocorrer conforme o cronograma contido no **Anexo I – Descrição do Objeto e no Anexo “A” – Plano de Trabalho do Contrato.**

**10.2.10.** Declaração de que no preço proposto já se acham incluídos todos os tributos, encargos sociais, preços públicos, fretes, embalagens, descarregamento, seguros, e outros que porventura possam recair sobre o objeto da licitação.

**10.3.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro ou qualquer outro pretexto.

## **11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE PREÇOS**

**11.1.** Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL, OBTIDO PELO MENOR PERCENTUAL ÚNICO DA ARRECAÇÃO COM AS TAXAS DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS PAGANTES, INDEPENDENTE DO NÚMERO DE CANDIDATOS, A SER TRANSFERIDO PELO HOSPITAL À CONTRATADA APÓS DEDUÇÃO DE TRIBUTOS E TARIFAS**, observadas as condições definidas neste Edital e seus Anexos, devendo o objeto ser ofertado com todos os itens que o compõe, sob pena de desclassificação;

**11.2.** A proposta não poderá constar quaisquer acréscimo em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro, bem como compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto contratado, tais como impostos, encargos, seguros, taxas, etc; devendo ser considerados para o cálculo todas as etapas do Processo Seletivo (desde a elaboração do edital de inscrição até o resultado final, incluindo o julgamento de eventuais recursos).

**11.3.** As propostas comerciais deverão ser digitadas e impressas, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões; entregues em envelopes lacrados, conforme dispuser o edital. Nesta proposta deverão constar:

**11.3.1.** Prazo de validade da proposta não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data estipulada para entrega dos envelopes.

**11.3.2.** Prazo de conclusão do concurso de até 120 dias, após assinatura do contrato.

**11.3.3.** Percentual único da arrecadação com as taxas de inscrição dos candidatos, independente do número de candidatos, a ser transferidos pelo Hospital à contratada, após dedução de impostos e tarifas bancárias. Só serão consideradas as taxas de inscrições efetivamente pagas.

**11.3.4.** No valor a ser cobrado para a execução do objeto da contratação, não poderá constar quaisquer acréscimo em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro, bem como compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto contratado, tais como impostos, encargos, seguros, taxas, etc; devendo ser considerados para o cálculo todas as etapas do Processo Seletivo (desde a elaboração do edital de inscrição até o resultado final, incluindo o julgamento de eventuais recursos).

**11.3.5.** Declaração da Empresa indicando e qualificando a pessoa física que o representará e assinará o contrato a ser celebrado com o Hospital Odilon Behrens – HOB.

**11.4.** As propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital e Anexos serão desclassificadas, bem como aquelas que cotarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

## **12. DA DOCUMENTAÇÃO E HABILITAÇÃO DO LICITANTE DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**

**Da documentação a ser inserida no sistema eletrônico COMPRASNET**

**12.1** O licitante que ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL, OBTIDO PELO MENOR PERCENTUAL ÚNICO DA ARRECAÇÃO COM AS TAXAS DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS PAGANTES, INDEPENDENTE DO NÚMERO DE CANDIDATOS, A SER TRANSFERIDO PELO HOSPITAL À CONTRATADA APÓS DEDUÇÃO DE TRIBUTOS E TARIFAS**, deverá ATENDER ao disposto abaixo:

**12.1.1. Se estiver CADASTRADO no SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte** e possuir linha de MATERIAL compatível com o objeto desta licitação:

a) Estando em situação regular perante o SUCAF, deverá observar as disposições do item 9.10 e seus subitens deste Edital, e encaminhar ao Pregoeiro cópia dos documentos listados no subitem 12.1.3 do Edital.

b) Estando em situação irregular perante o SUCAF (documentação vencida), deverá apresentar ao Pregoeiro documento(s) regularizador(es), **em vigor na data de disputa do item ofertado**, bem como os documentos listados no subitem 12.1.3 do Edital e, observando, para tanto, as disposições contidas no item 9.10 e seus subitens deste Edital.

b.1) Deverá também encaminhar cópia dos documentos comprobatórios da situação de regularidade à Gerência de Cadastro de Fornecedores/Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa da PBH, para que seja procedida a ativação do SUCAF.

**12.1.2. Se NÃO estiver CADASTRADO no SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte**, deverá comprovar a situação de regularidade, para fins de habilitação no certame. **Para tanto, enviará ao Pregoeiro, junto com a proposta comercial escrita, uma via da documentação na forma dos artigos 28 a 31, da Lei Federal n.º 8.666/1993, e enviará outra via autenticada da referida documentação à Gerência de Cadastro de Fornecedores/Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa da PBH (Rua Espírito Santo, n.º 605, 14º Andar, Centro, CEP – 30.160-919 – Belo Horizonte/MG - Telefones: (31) 3277-4677), acompanhada dos impressos denominados “Solicitação de Cadastro de Fornecedor” e “Linhas de Fornecimento e/ou Serviço”, disponíveis no site [www.pbh.gov.br/sucaf](http://www.pbh.gov.br/sucaf) (devidamente preenchidos e assinados):**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) registro comercial, no caso de empresa individual;

c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores atuais;

d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) pelo menos um atestado de desempenho correspondente a cada linha de fornecimento da empresa ou, conforme o caso, do responsável técnico, emitido por pessoa de direito público ou privado, indicando a natureza, a qualidade, o prazo de entrega, a assistência técnica, a garantia e outros dados pertinentes aos materiais ou serviços;

g) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado, assim como da Fazenda Pública Estadual e Federal;

h) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

i) autorização de funcionamento quando exigida em lei;

j) certidão negativa de falência;

k) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (acrescentado pelo Decreto nº 14.779, de 29/12/2011 (Art. 1º).

**12.1.2.1.** A documentação deverá ser apresentada observando, para tanto, as disposições contidas no item 9.14 e subitens, deste Edital.

a) Os documentos a serem enviados pelo licitante ao Pregoeiro deverão estar **em vigor na data fixada para a sua apresentação**.

b) Após análise da documentação comprobatória da situação de regularidade a Gerência de Cadastro de Fornecedores/Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa da PBH procederá ao cadastramento do licitante junto ao SUCAF.

**12.1.2.2.** Considerando o disposto no **art. 2.º, 14, 27 e 28 do Decreto Municipal 11.245 de 23 de janeiro de 2003**, se no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, não ocorrer a publicação no Diário Oficial do Município – DOM do deferimento do cadastro no SUCAF pelo órgão competente, em virtude de pendências por parte do licitante junto ao SUCAF, o Pregoeiro inabilitará o licitante, prosseguindo o certame conforme subitem 9.11.



**12.1.3.** O licitante classificado em primeiro lugar (**CADASTRADO E NÃO CADASTRADO**) deverá apresentar também ao **Pregoeiro** os seguintes documentos (em original, em papel timbrado ou com carimbo da empresa - no caso das alíneas "a", "b" e "c"), junto com a proposta de preços escrita:

**Declarações, contrato social e documentação a ser inserida no sistema eletrônico COMPRASNET**

**a) MODELO DE DECLARAÇÃO:**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório não estando suspenso do direito de licitar e contratar junto ao Hospital Metropolitano Odilon Behrens, bem como não se encontrando declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e local

\_\_\_\_\_  
assinatura do Diretor ou Representante Legal

**b) MODELO DE DECLARAÇÃO:**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que na mesma não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei.

Data e local

\_\_\_\_\_  
assinatura do Diretor ou Representante Legal

**c)** Apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta conforme modelo do Anexo IV, conforme exigido no art. 4º do Decreto Municipal nº 14.297 de 02 de março de 2011. A ausência da Declaração de Elaboração Independente de Proposta, bem como a sua apresentação incompleta, ilegível ou rasurada implicará a desclassificação do licitante.

**d)** Cópia do estatuto ou contrato social, acompanhado, respectivamente, da última alteração estatutária, ou da última alteração contratual consolidada.

**e)** Prova de atendimento aos requisitos, se for o caso, para se enquadrar como:

**e.1)** ME ou EPP definida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, por meio de certidão expedida pela Junta Comercial comprovando sua condição, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC; ou

**e.2)** Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

**e.3)** Declaração de condição de ME OU EPP, conforme modelo do anexo V.

**REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**Requisitos a serem inseridos no sistema eletrônico COMPRASNET**

**f)** Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante **presta ou prestou serviços de natureza e quantidade compatível com o objeto deste Pregão**. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel timbrado do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o(s) expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s). O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

**12.1.4.** Para efeito do julgamento de habilitação, o Pregoeiro considerará como referência para validação dos documentos, a data da disputa do item.

**12.2.** O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar dos licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

**12.3.** A falta de quaisquer documentos exigidos no Edital implicará na inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação. Em caso de inabilitação do licitante aplica-se o previsto no subitem 9.11.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS**

**13.1.** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital deste Pregão, por meio do endereço eletrônico, na forma prevista no Edital, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

**13.1.1.** A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

**13.1.2.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**13.1.3.** Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**13.2.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões no sistema eletrônico.

**13.2.1.** As razões do recurso de que trata o item 13.2 deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias.

**13.2.2.** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**13.2.3.** A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no item 13.2, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**13.2.4.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

**13.3.** Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

**13.4.** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

**13.5.** Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo.

**13.6.** Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação de intenção do licitante durante a sessão pública e o encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, somente poderão ser realizadas por meio eletrônico no sistema **Comprasnet**. Demais informações: [cpl@pbh.gov.br](mailto:cpl@pbh.gov.br) ou por escrito, protocolados junto ao Serviço de Compras e Licitações – sito na Avenida José Bonifácio s/n.º, Bairro São Cristóvão - Belo Horizonte/MG, no horário de atendimento - 08:00 às 16:00 horas.

### **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

I - previstas nos incisos I a IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993:

**a)** advertência, observado o disposto no artigo 6º do Decreto Municipal 15.138/2013;

**b)** multa, observado o disposto nos artigos 7º a 10 do Decreto Municipal 15.138/2013;

**c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, observado o disposto nos artigos 11 a 14 do Decreto Municipal 15.138/2013;

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, observado o disposto nos artigos 15 a 19 deste Decreto.

II - previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002:

- a) impedimento de licitar;
- b) impedimento de contratar.

**14.2.** A responsabilidade do infrator será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**14.3.** Advertência:

**14.3.1.** A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao infrator decorrente da inexecução de deveres que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a Administração.

**14.3.1.1.** Sem embargo de outras situações, o atraso na entrega dos produtos, autoriza a aplicação de advertência, independentemente da aplicação de multa.

**14.4.** Multa:

**14.4.1.** O infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos no contrato ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 15.138, DE 08 DE JANEIRO DE 2013, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do produto, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame licitatório;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- c) tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de licitação;
- f) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação junto ao SUCAF, dentro do prazo concedido pela Administração Pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

IV - multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

V - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

**VI** - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato;

**VII** - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

**14.4.2.** Se a recusa em assinar o contrato for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

**14.4.3.** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**14.4.4.** Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

**14.4.5.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas.

**14.4.5.1.** Na hipótese de cumulação serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

**14.4.6.** Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

**I** - se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o infrator pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

**II** - inexistindo faturas subsequentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;

**III** - impossibilitado o desconto a que se refere o inciso II, será o crédito correspondente inscrito em dívida ativa.

**14.5.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o contrato ser rescindido, salvo razões de interesse públicas devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

**14.6.** Da suspensão temporária de participação em licitação e do impedimento de contratar com a Administração:

**14.6.1.** A suspensão temporária impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a Administração por determinado período de tempo, e poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses exemplificativas:

**I** - por período entre 6 (seis) meses e 01 (um) ano, caso o infrator:

**a)** seja reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:

**a.1** - atraso na execução do objeto;

**a.2** - alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;

**a.3** - regularização junto ao SUCAF ou não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa;

**b)** receba 03 (três) penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a 06 (seis) meses;

**c)** recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos nos contratos ou nos casos de inexecução total ou parcial, sem embargo do previsto nos incisos I e II do item 14.4.1 deste Edital;

**d)** tumultue a sessão pública de licitação;

**e)** dê ensejo à rescisão ou cancelamento total ou parcial do contrato;

**f)** deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

**g)** ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;

**h)** deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

**i)** induza em erro a Administração;

**II** - por período entre 12 (doze) e 18 (dezoito) meses, caso o infrator:

**a)** atrase injustificadamente a execução da Ata de Registro de Preços ou contrato, implicando em necessária rescisão contratual;

**b)** paralise injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens;

**c)** pratique atos irregulares ou ilegalidades para obtenção de cadastramento junto ao SUCAF;

d) dê ensejo ao cancelamento da Ata de Registro de Preços;

III - por período de 24 (vinte e quatro) meses, caso o infrator:

- a) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- b) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, no momento da contratação ou durante a execução do contrato, incluindo aqueles necessários ao registro junto ao SUCAF;
- c) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos.

**14.6.2.** A aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação produzirá os seguintes efeitos:

I - impedimento de licitar e contratar com o órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção, durante o prazo da suspensão;

II - rescisão do contrato celebrado, sem prejuízo da rescisão de outros contratos também celebrados com a Administração, caso a manutenção contratual ocasione-lhe um risco real ou para a segurança de seu patrimônio ou de seus servidores.

**14.6.3.** Na hipótese de serem atingidos outros contratos, o infrator deverá ser notificado para apresentação de defesa única no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**14.6.4.** As autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse público e a conveniência administrativa, poderão deixar de aplicar os efeitos previstos no subitem 14.6.2, bem como aplicar prazos diferenciados, conforme o ilícito administrativo praticado.

**14.6.5.** A aplicação da penalidade de suspensão de participação em licitação por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

**14.7.** Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública:

**14.7.1.** A declaração de inidoneidade impede o infrator de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública e será aplicada, entre outros casos, nas seguintes hipóteses:

I - demonstração de inidoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa;

II - ato ou conduta que, segundo previsão no instrumento convocatório e/ou no contrato, seja passível da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade;

III - existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais.

**14.7.2.** As autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse público e a conveniência administrativa, poderão deixar de aplicar as penalidades previstas no item 14.8.1 deste Edital, bem como aplicar prazos diferenciados, conforme o ilícito administrativo praticado.

**14.7.3.** Os efeitos da declaração de inidoneidade permanecem enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos da aplicação da penalidade e será concedida quando o infrator ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta, e/ou cumprir obrigação com ela firmada.

b) No ato da declaração de inidoneidade, a Administração deverá indicar o valor a ser ressarcido pelo infrator, com os respectivos critérios de correção, e/ou as obrigações pendentes de cumprimento.

**14.7.4.** A Administração rescindir o contrato com o infrator penalizado com a declaração de inidoneidade, sem prejuízo da rescisão de outros contratos já celebrados, se a sua manutenção ocasionar-lhe um risco real, bem como para a segurança do seu patrimônio ou servidores.

**14.7.4.1.** Na hipótese de se atingir outros contratos, o infrator deverá ser notificado para apresentação de defesa única no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**14.7.4.2.** Na hipótese de entes de outras esferas governamentais aplicarem a pena de inidoneidade a pessoa física ou jurídica que seja parte em contrato firmado com a Administração Pública municipal, caberá às autoridades competentes do Hospital Metropolitan Odilon Behrens decidir sobre a rescisão ou manutenção do contrato em vigor neste Hospital.

**14.7.4.3.** O infrator a que se refere o item 14.7.4.2 somente poderá contratar com o Hospital Metropolitan Odilon Behrens após o decurso do prazo da penalidade de inidoneidade aplicada ou sua reabilitação.

**14.8.** Do impedimento de licitar e contratar:

**14.8.1.** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, ensejará o descredenciamento do infrator junto ao SUCAF, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - por período de até 1 (um) ano, nos casos de:

- a) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- b) ausência de entrega da documentação exigida no edital;
- c) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade;

II - por período superior a 1 (um) e até 2 (dois) anos, nos casos de:

- a) atraso na execução do disposto no contrato;
- b) comportamento inidôneo;

III - por período superior a 2 (dois) anos, nos casos de:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) falha ou fraude na execução do contrato;
- c) fraude fiscal.

**14.8.1.1.** Para os fins do disposto na alínea 'b' do inciso II do item 14.8.1, reputar-se-ão inidôneos os atos descritos no parágrafo único do art. 92, no art. 96 e no parágrafo único do art. 97, todos da Lei Federal nº 8.666/1993.

**14.8.1.2.** O atraso previsto na alínea 'a' do inciso II do item 14.8.1 configurar-se-á quando o infrator:

- a) deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 10 (dez) dias úteis contados da sua assinatura;
- b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços descritos no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 15 (quinze) dias intercalados.

**14.8.2.** A autoridade competente, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse e a conveniência administrativa, poderá deixar de aplicar a penalidade a que se refere o item 14.8.4.1 ou adotar prazo diferenciado.

**14.8.3.** A penalidade de impedimento produzirá os seguintes efeitos:

I - impedimento de licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município durante o prazo da penalidade;

II - rescisão do contrato celebrado, sem prejuízo da rescisão de outros contratos já celebrados com o Município, se a manutenção contratual representar um risco real para a Administração ou para a segurança do seu patrimônio ou de seus servidores.

**14.8.4.** Na hipótese de entes de outras esferas governamentais aplicarem as penas de impedimento de licitar e contratar a pessoa física ou jurídica que seja parte em contrato firmado com o Município, caberá às autoridades competentes do Hospital Metropolitan Odilon Behrens decidir sobre a rescisão ou manutenção do contrato em vigor no âmbito municipal.

**14.8.4.1.** O infrator a que se refere o item 14.8.3 somente poderá contratar com a Administração no âmbito municipal após sua reabilitação ou o decurso do prazo da penalidade aplicada.

**14.8.5.** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração poderá ser cumulada com a penalidade de multa prevista em lei, edital ou contrato respectivo, devendo ser aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

**14.8.6.** É competente para aplicar as sanções de advertência e multa o Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do Hospital Metropolitan Odilon Behrens.

**14.8.7.** A aplicação da penalidade de suspensão temporária é de competência da Superintendente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

**14.8.8.** Na aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão do direito de licitar e contratar, será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação.

**14.8.9.** Na aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

**14.8.10.** As multas não eximem a Contratada da plena execução do fornecimento contratado.

**14.8.11.** O desempenho insatisfatório da adjudicatária será anotado em sua ficha cadastral, nos termos do artigo 24, do Decreto Municipal n.º 11.245/2003.

**14.8.12.** Estendem-se os efeitos das penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade, e de impedimento de licitar e contratar aos sócios de pessoa jurídica penalizada.

**14.8.12.1.** Sobre as pessoas jurídicas que tenham sócios em comum com o infrator também recairão os efeitos da aplicação de penalidade a que se refere o item 14.8.12.

## **15. DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**15.1. Local de Execução dos serviços:** HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS (HOB) - Gerência de Linha de cuidado, Ensino e Pesquisa (GENP): Avenida José Bonifácio, s/nº, Bairro São Cristóvão, CEP 31.210-690, Belo Horizonte (MG).

**15.2. Prazo de execução:** a execução do serviço deverá ocorrer conforme o Cronograma contido no **Anexo I – Descrição do Objeto** e no **Anexo “A” – Plano de Trabalho**, que está anexo à minuta de Contrato.

## **16. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**16.1.** O recebimento dos serviços será feito por Comissão designada para tal e obedecerá ao seguinte trâmite:

**16.1.1.** O fornecedor dirigir-se-á ao local de entrega, munido da(s) Nota(s) Fiscal(is), Nota de Empenho respectiva ou autorização de serviço.

**16.1.2.** A Comissão, de posse dos documentos apresentados pelo contratado, receberá os serviços para verificação de especificação, quantidade, preço, prazo e outros pertinentes, cumprindo os seguintes prazos:

a) Recebimento provisório dos serviços, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento, para verificação da conformidade do serviço com a especificação do edital e contrato;

b) Definitivamente, até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento provisório, mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva;

c) Encontrando irregularidades, fixará prazo à Contratada, para correção.

**16.2.** Em caso de irregularidade não sanada pelo licitante, a Comissão reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente, para aplicação de penalidade.

**16.3.** Em nenhuma hipótese será admitido o recebimento diverso do objeto licitado ou com qualquer diferença das exigências e propostas contidas na licitação.

**16.4.** O licitante vencedor terá de cumprir o prazo de entrega pactuado e:

**16.4.1.** Garantir a boa qualidade dos serviços entregues;

**16.5.** O recebimento pelo Contratante não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da Contratada de entregar os serviços de acordo com as condições contidas no Edital, seus Anexos e na proposta da Contratada, nem invalida qualquer reclamação que o Contratante venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca/reparação.

## **17. DA GARANTIA CONTRATUAL**

17.1. Em garantia à execução do Contrato, a Contratada deverá prestar garantia correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, nos termos previstos no artigo 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, por meio de depósito bancário em conta corrente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, a ser indicada pela Gerência de Orçamento e Finanças;
- b) Títulos da Dívida Pública;
- c) Seguro Garantia;
- d) Fiança Bancária

17.2. A Contratada deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, o documento comprobatório da garantia prestada, sob pena de aplicação de sanção, inclusive multa e rescisão contratual.

17.3. A Contratada deverá apresentar complemento à garantia inicial, sempre que o valor do Contrato vier a crescer, devido a aditamentos que acarrete alteração em seu valor global estimado, no mesmo prazo constante no Item 18.2.

17.4. Se o valor da garantia de execução for utilizado para o pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a restabelecer o seu valor integral, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar da data em que for comunicada pelo Contratante.

17.5. O descumprimento dos prazos estipulados nos parágrafos anteriores acarretará a retenção dos créditos da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

17.6. O valor da garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, indenizações ao HMOB e a terceiros, e por todas as multas impostas à Contratada, sem que isso inviabilize a aplicação de multas em valor superior ao da garantia prestada.

17.7. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

## **18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

18.1. As taxas de inscrição serão recebidas em conta específica do Hospital Odilon Behrens, que efetuará a instituição contratada o pagamento do custo da execução do objeto da contratação, correspondente ao percentual que lhe couber, em três parcelas, mediante a apresentação de fatura/nota fiscal, na seguinte forma:

18.1.1. 40% (quarenta por cento) até 10 (dez) dias após término das inscrições;

18.1.2. 30% (trinta por cento) até 10 (dez) dias após a realização das provas;

18.1.3. 30% (trinta por cento) até 10 (dez) dias após a entrega, à contratante, do resultado final do Processo Seletivo, já analisados todos os recursos.

18.2. Todos os recursos auferidos com as taxas de inscrição pertencerão ao **HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**.

18.3. As Notas Fiscais serão obrigatoriamente instruídas com a respectiva Nota de Empenho e autorização de serviço, devendo discriminar os serviços executados e a quantidade efetivamente realizada, sem prejuízo de outros dados exigidos pela legislação vigente.

18.4. A Contratada encaminhará a(s) Nota Fiscal(ais) ao setor recebedor dos serviços que conferirá, atestará, e remeterá à Gerência Financeira do Hospital Metropolitano Odilon Behrens para pagamento, juntamente com o Empenho respectivo.

8.5. O Contrato, se necessário, será atualizado monetariamente, mediante acordo entre as partes, desde que respeitado o prazo mínimo estabelecido na Lei Federal 10.192 de 14/02/2001, aplicando-se o menor índice oficial apurado no período.



**18.6.** A periodicidade de reajuste não será inferior a um ano contado inicialmente, da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

**18.7.** Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação do serviço, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pelo Licitante.

**18.8.** Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte do Licitante, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

**18.9.** Poderá ser atrasado o pagamento de qualquer fatura que contrarie as especificações contidas na Nota de Empenho ou Proposta apresentada, sem qualquer ônus para o Contratante.

**18.10.** O Hospital Metropolitano Odilon Behrens poderá reter o pagamento em caso de dano de responsabilidade da CONTRATADA, ou, ainda, para recebimento das multas aplicadas como penalidade.

## **19. DA NOTA DE EMPENHO E DO CONTRATO**

**19.1.** Adjudicada e homologada a licitação pelas autoridades competentes, o Hospital Metropolitano Odilon Behrens emitirá a Nota de Empenho e o Contrato.

**19.2.** A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para retirar a nota de empenho e assinar o Contrato.

**19.3.** Caso a adjudicatária se recuse a retirar ou a assinar o Contrato, ou não se apresente regular com as condições de habilitação previstas neste edital no ato da assinatura do Contrato, se sujeitará às penalidades elencadas no item 14 deste Edital.

**19.3.1.** Nas situações previstas no item 18.3, nos termos da Lei nº 10.520/2002 (art. 4º, incisos XVI c/c XXIII), o Pregoeiro convocará os licitantes remanescentes, segundo a ordem de classificação, oportunidade, em que será analisada a aceitabilidade de sua oferta, verificado o atendimento das condições de habilitação e, se for o caso, declarado vencedor, abrindo-se prazo recursal.

**19.3.2.** Não havendo interposição de recurso, ou havendo e sendo este julgado improcedente, será o objeto adjudicado ao novo vencedor.

**19.4.** No ato de assinatura do Contrato a licitante deverá apresentar procuração ou cópia autenticada do contrato ou estatuto social da empresa concedendo-lhe poderes para a prática de tal ato.

**19.5.** Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal, e devidamente fundamentada.

## **20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**20.1.** As despesas decorrentes do presente processo correrão por conta da dotação orçamentária sob a rubrica: 2301.3304.10.302.030.2875/0001/339039-54, Fonte SOF 03-06, Fonte SICOM 1-12.

## **21. DA PREVENÇÃO À FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**21.1.** Os procedimentos licitatórios realizados pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens serão conduzidos em conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, observando-se ainda o que segue:

**21.2.** O Hospital Metropolitano Odilon Behrens exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

**21.2.1.** “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

**21.2.2.** “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um Contrato em detrimento do Contratante;

**21.2.3.** “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

**21.2.4.** “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

**21.2.5.** “prática obstrutiva” significa:

**21.2.5.1.** destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

**21.2.5.2.** agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

**21.3.** O Hospital Metropolitano Odilon Behrens rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

**21.4.** A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51, de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis, sem prejuízo da comunicação também ao Ministério Público Estadual – MP/MG e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, para as providências legais.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**22.1.** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Hospital Metropolitano Odilon Behrens revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A Administração Pública poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**22.2.** O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do Contrato ou outro instrumento hábil, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**22.3.** É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**22.3.1.** O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**22.3.2.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o Item 21.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**22.4.** Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**22.5.** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

**22.6.** O Hospital Metropolitano Odilon Behrens poderá suprimir ou acrescentar o objeto contratado em até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

**22.7.** Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro ou pela autoridade a ele superior.

**22.8.** A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

**22.9.** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Belo Horizonte/MG, local da realização do certame.

Belo Horizonte, 22 de setembro de 2020.

**GUILHERME JOSÉ ANTONINI BARBOSA  
DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**

**EDMUNDO SOUZALIMA CALDONCELLI FRANCO  
PREGOEIRO  
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**

## ANEXO I – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

Processo de compras nº: 02-24/2020

Pregão Eletrônico nº: 088/2020

**Finalidade: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM REALIZAR PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE RESIDENTES PARA OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE - PRMP DO HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS – HOB E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE – SMSA – PBH.**

### 1. OBJETO:

**CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM REALIZAR PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE RESIDENTES PARA OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE - PRMP DO HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS – HOB E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE – SMSA – PBH.**

### 2. JUSTIFICATIVA:

Realizar Processo Seletivo por intermédio da contratação de Empresa ou Fundação especializada para provimento de 44 (**quarenta e quatro**) **vagas para residentes multiprofissionais em saúde do HOB** (vagas homologadas pela Portaria nº01 de 24 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 25/02/10, e Portaria Conjunta nº 01 de 13 de Janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 16/01/12), e **10 (dez) vagas** para residentes multiprofissionais em saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte (vagas homologadas pela portaria nº 10 e 11 de fevereiro de 2020, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2020).

### 3. PLANO DE TRABALHO:

#### 3.1. DAS VAGAS:

De acordo com a aprovação do Programa Nacional de Bolsas para Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde, o Hospital Metropolitano Odilon Behrens e Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte ofertarão 54 (cinquenta e quatro) vagas, distribuídas em dez (10) categorias profissionais para residentes multiprofissionais em saúde, conforme o Quadro 1.

**QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS POR PROGRAMA E POR CATEGORIA PROFISSIONAL**

PROGRAMA	CÓDIGO	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	Nº DE VAGAS	VALOR DA BOLSA
1. Urgência e Trauma - HOB	101	Enfermagem	Curso Superior completo em Enfermagem, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão	2	R\$ 3.330,43
	102	Farmácia	Curso Superior completo em Farmácia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	103	Fisioterapia	Curso Superior completo em Fisioterapia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	104	Fonoaudiologia	Curso Superior completo em Fonoaudiologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	105	Nutrição	Curso Superior completo em Nutrição, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	106	Serviço Social	Curso Superior completo em Serviço Social, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43

	107	Psicologia	Curso Superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
PROGRAMA	CÓDIGO	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	Nº DE VAGAS	VALOR DA BOLSA
2. Saúde da Criança - HOB	201	Enfermagem	Curso Superior completo em Enfermagem, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	202	Fisioterapia	Curso Superior completo em Fisioterapia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	203	Fonoaudiologia	Curso Superior completo em Fonoaudiologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	204	Serviço Social	Curso Superior completo em Serviço Social, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	205	Nutrição	Curso Superior completo em Nutrição, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	206	Psicologia	Curso Superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
PROGRAMA	CÓDIGO	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	Nº DE VAGAS	VALOR DA BOLSA
3. Saúde Mental HOB	301	Enfermagem	Curso Superior completo em Enfermagem, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	2	R\$ 3.330,43
	302	Psicologia	Curso Superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	2	R\$ 3.330,43
	303	Serviço Social	Curso Superior completo em Serviço Social, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	2	R\$ 3.330,43
	304	Terapia Ocupacional	Curso Superior completo em Terapia Ocupacional, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	2	R\$ 3.330,43
PROGRAMA	CÓDIGO	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	Nº DE VAGAS	VALOR DA BOLSA
4. Saúde do Idoso - HOB	401	Enfermagem	Curso Superior completo em Enfermagem, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	402	Fisioterapia	Curso Superior completo em Fisioterapia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	403	Fonoaudiologia	Curso Superior completo em Fonoaudiologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43

	404	Nutrição	Curso Superior completo em Nutrição, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	405	Odontologia	Curso Superior completo em Odontologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	406	Psicologia	Curso Superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	407	Serviço Social	Curso Superior completo em Serviço Social, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	408	Terapia Ocupacional	Curso Superior completo em Terapia Ocupacional, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
PROGRAMA	CÓDIGO	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	Nº DE VAGAS	VALOR DA BOLSA
5. Saúde da Mulher - HOB	501	Enfermagem	Curso Superior completo em Enfermagem, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	2	R\$ 3.330,43
	502	Fisioterapia	Curso Superior completo em Fisioterapia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	503	Psicologia	Curso Superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
PROGRAMA	CÓDIGO	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	Nº DE VAGAS	VALOR DA BOLSA
6. Atenção Básica/Saúde da Família - HOB	601	Educador Físico	Curso Superior completo em Educação Física, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão	1	R\$ 3.330,43
	602	Enfermagem	Curso Superior completo em Enfermagem, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	603	Farmácia	Curso Superior completo em Farmácia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	604	Fisioterapia	Curso Superior completo em Fisioterapia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	605	Fonoaudiologia	Curso Superior completo em Fonoaudiologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	606	Nutrição	Curso Superior completo em Nutrição, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	607	Psicologia	Curso Superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	608	Odontologia	Curso Superior completo em Odontologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	609	Serviço Social	Curso Superior completo em Serviço Social, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43

	610	Terapia Ocupacional	Curso Superior completo em Terapia Ocupacional, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
PROGRAMA	CÓDIGO	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	Nº DE VAGAS	VALOR DA BOLSA
	701	Educador Físico	Curso Superior completo em Educação Física, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão	1	R\$ 3.330,43
Atenção Básica/Saúde da Família - SMSA	702	Enfermagem	Curso Superior completo em Enfermagem, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	703	Farmácia	Curso Superior completo em Farmácia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	704	Fisioterapia	Curso Superior completo em Fisioterapia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	705	Fonoaudiologia	Curso Superior completo em Fonoaudiologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	706	Nutrição	Curso Superior completo em Nutrição, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	707	Psicologia	Curso Superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	708	Odontologia	Curso Superior completo em Odontologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	709	Serviço Social	Curso Superior completo em Serviço Social, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	710	Terapia Ocupacional	Curso Superior completo em Terapia Ocupacional, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43

### 3.2. DO PROCESSO SELETIVO:

#### 3.2.1. INSCRIÇÃO:

O processo seletivo deverá se organizar a partir das orientações abaixo:

- No ato da inscrição, o candidato deverá optar por dois programas, de acordo com sua categoria profissional.
- O candidato deverá indicar, no momento da inscrição, a ordem de preferência do programa em que deseja atuar, desde que para uma mesma categoria profissional. Essa opção será definitiva e não poderá ser alterada após a conclusão da inscrição.
- Caso o candidato prefira optar por um único programa, poderá colocar a segunda opção igual à primeira, concorrendo a este único programa.

#### 3.2.2. DAS PROVAS:

O processo seletivo acontecerá em DUAS (02) etapas, sendo a primeira eliminatória e a segunda classificatória.

**1ª Etapa: Eliminatória;** por meio de prova objetiva de múltipla escolha, sendo a prova composta por 20 questões de saúde pública/saúde coletiva e 40 questões específicas para cada categoria profissional, com valor de 1,5 ponto por questão somando 90 (noventa) pontos. Serão eliminados os candidatos que não obtiverem um aproveitamento mínimo de 60% do total das provas ou zerarem uma das duas prova. **Destaca-se que deverão ser elaborados 11 (onze) tipos de provas.**

A prova objetiva deve contemplar questões que exijam dos candidatos os desempenhos compatíveis com a conclusão do curso de sua profissão, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais.

**2ª etapa: Classificatória:** A análise de curriculum vitae.

**Distribuição de pontuação:** terá peso 01 (um) e será realizada de acordo com o Formulário para Análise Curricular (em anexo no edital) preenchida pelo candidato a ser conferida pela empresa contratada e pontuada de acordo com a documentação comprobatória anexada no ato da inscrição. Esta etapa valerá 10 pontos, e, para tanto, a pontuação será identificada através do Cálculo de Média simples dos valores obtidos.

Serão empregados 05 domínios para análise curricular:

CRITÉRIOS PARA ANÁLISE	VALOR DE REFERÊNCIA
1: Titulação	Máximo: 10,0 pontos
2: Estágio	Máximo: 10,0 pontos
3: Projetos de Extensão	Máximo: 10,0 pontos
4: Produção Científica	Máximo: 10,0 pontos
5: Participação em atividades acadêmicas complementares	Máximo: 10,0 pontos

O Formulário para Análise Curricular estará disponível no site da empresa contratada e nos Anexos do Edital, e, deverá ser entregue em envelope etiquetado e lacrado, identificado com nome completo do candidato, Programa(s) pretendido(s) e categoria profissional no ato da Prova Objetiva.

Se houver dúvidas quanto ao preenchimento do Formulário para Análise Curricular, o candidato poderá solicitar auxílio à empresa contratada ou Secretaria da Comissão de Residência Multiprofissional do HOB.

1. Segunda fase classificatória (Análise curricular e de títulos)
  - a) Na documentação enviada no ato da inscrição, devem constar:
  - b) Curriculum vitae (preferencialmente da plataforma Lattes);
  - c) Histórico escolar;
  - d) Formulário para Análise Curricular preenchido pelo candidato e os comprovantes dos títulos que serão enviados no ato da inscrição via sistema, e que serão autenticados presencialmente após a classificação do candidato na prova objetiva.
  - e) Não serão considerados os documentos apresentados fora do dia, horário e especificações acima determinados.
2. O candidato que não entregar o Formulário para Análise Curricular e os demais documentos citados acima na data prevista obterá nota 0 (zero) nesta fase.
3. A pontuação máxima do item “Estágios” será de até 10 (dez) pontos, obtida através de declarações de estágio de formação profissional complementar ou curricular não obrigatório durante a graduação, em instituições públicas e/ou privadas de saúde, emitidas em documento em papel timbrado da instituição de saúde concedente do estágio, assinado pelo responsável pelo estágio ou pela gestão acadêmica, onde conste a carga horária do estágio ou a carga horária semanal e período de duração do estágio, modalidade do estágio (formação profissional complementar ou curricular não obrigatório), de acordo com a tabela seguinte:

TIPO DE ESTÁGIO	CARGA HORÁRIA	PONTUAÇÃO
Estágio de formação profissional complementar ou curricular não obrigatório em instituições de saúde pública e/ou privada	90 a 120 horas	3 por estágio
	120 a 250 horas	5 por estágio
	Acima de 250 horas	10 por estágio

- a) Estágio de formação profissional complementar ou curricular não obrigatório com carga horária total inferior a 90 horas não será pontuado.
- b) Estágios curriculares obrigatórios não serão pontuados.
- c) Só serão considerados para fins de pontuação estágios relacionados com a categoria profissional.
- d) Caso a pontuação do candidato nesse item ultrapasse os 10 pontos, o excedente não será computado.



4. A pontuação máxima do item “Participação em Projetos de Extensão Universitária, Projetos de Iniciação Científica e Monitorias”, será de 10 pontos, comprovada através de declarações de Instituições de Ensino Superior, reconhecidas pelo MEC, em documento em papel timbrado da instituição, especificando a carga horária semanal, assinado pelo responsável devidamente identificado, onde conste o período de participação do candidato no projeto.

A pontuação segue a tabela abaixo:

PROJETOS DE EXTENSÃO	DURAÇÃO	PONTUAÇÃO
Projetos de Extensão Universitária, Iniciação científica, e/ou Monitoria com o mínimo de 12 horas semanais.	3 a 6 meses	2 cada projeto
	7 a 12 meses	5 cada projeto
	13 a 18 meses	7 cada projeto
	19 a 24 meses	10 cada projeto

- a) Participação em Projetos de Extensão Universitária, Iniciação Científica, e/ou Monitoria com duração inferior a 3 meses e/ou com menos que o mínimo de 12 horas semanais não será pontuado.
- b) Só serão considerados para fins de pontuação projetos acadêmicos relacionados com a categoria profissional do candidato.
- c) Caso o candidato obtenha pontuação neste item maior que 10 pontos, o excedente não será computado.
5. A pontuação máxima do item “Produção Científica” será de 10 pontos, obtida por cópia dos artigos científicos publicados, com identificação legível da revista e dos autores ou declaração de inequívoco aceite, dos certificados de apresentação de trabalhos em eventos científicos, ou ainda, cópia dos resumos dos trabalhos científicos apresentados em eventos científicos publicados em anais.
- a) Os trabalhos apresentados em congressos ou em jornadas científicas, em autoria ou co-autoria, terão a seguinte pontuação:

TIPO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	PONTOS
Artigos publicados em revistas científicas indexadas na área	10 cada
Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos ou em revistas científicas e/ou livro ou capítulo de livro em livro com ISBN.	8,0 cada
Trabalhos técnicos em saúde ou manuais em saúde	6,0 cada
Resumos publicados em anais de eventos científicos ou em revistas científicas	4,0 cada

- b) Um mesmo trabalho será pontuado uma única vez, considerando a maior pontuação.
- c) Só será considerada para fins de pontuação a produção científica relacionada com a categoria profissional do candidato.
- d) Caso o candidato obtenha pontuação neste item maior que 10 pontos, o excedente não será computado.
6. A pontuação máxima do item “Formação Acadêmica” será de 10 pontos, obtida por cópia de certificados, e terá a seguinte pontuação:

TIPO DE PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS
Curso de curta duração (mínimo de 4 horas)	0,5 ponto por evento	10
Curso de Atualização (mínimo de 30 horas)	2 pontos por evento	10
Curso de Aperfeiçoamento (mínimo de 180 horas)	5 pontos por evento	10
Participação em evento científico (congressos, simpósios e seminários)	1,0 pontos por evento	10

- a) Só serão considerados para fins de pontuação de formação acadêmica, cursos relacionados com a categoria profissional do candidato, em papel timbrado da instituição organizadora e com assinatura do profissional responsável e que conste o nome do candidato e carga horária a que se refere.
- b) Caso o candidato obtenha pontuação neste item maior que 10 pontos, o excedente não será computado.
- c) A pontuação máxima do item "Titulação" será de até 10 pontos, obtida por cópia de certificados, e terá a seguinte pontuação:

TITULAÇÃO	PONTOS
<b>Graduação</b>	
Graduado até 2 anos	10
Graduado há mais de 2 anos	5
Especialização Lato Sensu Modalidade Tradicional	1
Especialização Lato Sensu Modalidade Residência	1
Mestrado	1
Doutorado	1

- d) Só será considerada para fins de pontuação a titulação relacionada com a categoria profissional do candidato.
- e) Só serão considerados para fins de pontuação em Titulação, Diplomas e Certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por Instituição reconhecida pelo MEC, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.
- f) Caso o candidato não tenha o Diploma ou Certificação de conclusão do curso, poderá apresentar o histórico ou documento que integralize toda carga horária do curso, desde que conste a aprovação do candidato no curso.
- g) A pontuação da análise dos Currículos será obtida através da média aritmética da pontuação nos itens avaliados.

FORMULÁRIO PARA ANÁLISE CURRICULAR - Pontuação máxima: 10,0 pontos		
Nome do Candidato:		
CPF:	RG:	
Programa de residência:	Categoria Profissional	
Critérios para Análise	Valor de Referência	Pontuação obtida
<b>1: Estágio - Máximo: 10,0 pontos</b>		
90 a 120 horas	3 por estágio	
120 a 250 horas	5 por estágio	
Acima de 250 horas	10 por estágio	
Pontuação total referente a "Estágio":		
<b>2: Projetos de Extensão - Máximo: 10,0 pontos</b>		
3 a 6 meses	2 por projeto	
7 a 12 meses	5 por projeto	
13 a 18 meses	7 por projeto	
19 a 24 meses	10 por projeto	
Pontuação total referente a "Projetos de Extensão":		
<b>3: Produção Científica - Máximo: 10,0 pontos</b>		
Artigos publicados em revistas científicas indexadas na área.	10,0 cada	

Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos ou em revistas científicas e/ou livro ou capítulo de livro em livro com ISBN.	8,0 cada	
Trabalhos técnicos em saúde ou manuais em saúde.	6,0 cada	
Resumos publicados em anais de eventos ou em revistas científicas	4,0 cada	
Pontuação referente a "Produção Científica":		
<b>4: Participação em atividades acadêmicas complementares - Máximo: 10,0 pontos</b>		
Curso de curta duração (mínimo de 4 horas)	0,5 por evento	
Curso de Atualização (mínimo de 30 horas)	2,0 por evento	
Curso de Aperfeiçoamento (mínimo de 180 horas)	5,0 por evento	
Participação em evento científico (congressos, simpósios e seminários)	1,0 por evento	
Pontuação referente a "Participação em atividades acadêmicas complementares":		
<b>5: Titulação - Máximo: 10,0 pontos</b>		
Graduado até 2 anos	10	
Graduado há mais de 2 anos	5	
Especialização Lato Sensu Modalidade Tradicional	1	
Especialização Lato Sensu Modalidade Residência	2	
Mestrado	2	
Doutorado	3	
Pontuação total referente a "Titulação":		
<b>TOTAL (media dos 5 critérios de avaliação):</b>		

### 3.3. DA CLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO:

3.3.1. Cada programa possuirá uma lista geral de classificados.

3.3.2. A ordem de preferência pelos programas não terá influência na classificação em cada programa, sendo utilizada apenas para a formação das listas de aprovados, excedentes e habilitados em cada programa, de acordo com o manifesto desejo do candidato no que se refere à sua ordem de preferência, no ato da inscrição.

3.3.3. A convocação seguirá a ordem dessas listas, respeitando o manifesto desejo de preferência dos candidatos, que serão excluídos da lista de outro programa pela qual fez opção, se estiver classificado na lista de maior prioridade de sua preferência.

3.3.4. O candidato permanecerá como excedente na lista da área de concentração de sua primeira opção, na ordem de preferência.

3.3.5. O candidato com nota suficiente para convocação em mais de um programa será convocado apenas para aquele que definiu como primeira opção, em sua ordem de preferência, caso esteja classificado dentro do número de vagas, sendo excluído da listagem de convocados, excedentes ou habilitados do outro programa escolhido.

### 3.4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

3.4.1. As propostas comerciais deverão ser digitadas e impressas sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões; entregues em envelopes lacrados, conforme dispuser o edital.

3.4.2. Nesta proposta deverão constar:

- Prazo de validade da proposta não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data estipulada para entrega dos envelopes.
- Prazo de conclusão do concurso de até 120 dias, após assinatura do contrato.
- Percentual único da arrecadação com as taxas de inscrição dos candidatos, independente do número de candidatos, a ser transferidos pelo Hospital à contratada, após dedução de impostos e tarifas bancárias. Só serão consideradas as taxas de inscrições efetivamente pagas.

3.4.3. No valor a ser cobrado para a execução do objeto da contratação, não poderá constar quaisquer acréscimo em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro, bem como compreender todas as despesas incidentes sobre o

objeto contratado, tais como impostos, encargos, seguros, taxas, etc; devendo ser considerados para o cálculo todas as etapas do Processo Seletivo (desde a elaboração do edital de inscrição até o resultado final, incluindo o julgamento de eventuais recursos).

**3.4.4.** Declaração da Empresa indicando e qualificando a pessoa física que o representará e assinará o contrato a ser celebrado com o Hospital Odilon Behrens – HOB.

### **3.5. DO PAGAMENTO:**

**3.5.1.** As taxas de inscrição serão recebidas em conta específica do Hospital Odilon Behrens, que efetuará a instituição contratada o pagamento do custo da execução do objeto da contratação, correspondente ao percentual que lhe couber, em três parcelas, mediante a apresentação de fatura/nota fiscal, na seguinte forma:

- a) 40% (quarenta por cento) até 10 (dez) dias após término das inscrições;
- b) 30% (trinta por cento) até 10 (dez) dias após a realização das provas;
- c) 30% (trinta por cento) até 10 (dez) dias após a entrega, à contratante, do resultado final do Processo Seletivo, já analisados todos os recursos.

**3.5.2.** A contratação e o pagamento serão condicionados à aprovação de que a contratada está regular com as obrigações perante o Sistema de Fornecimento – SUCAF – da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

**3.5.3.** Todos os recursos auferidos com as taxas de inscrição pertencerão ao Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

### **4. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA (PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS):**

**4.1.** Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante presta ou prestou serviços de natureza e quantidade **compatível com o objeto deste Pregão**. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel timbrado do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o(s) expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s). O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

### **5. DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (INDICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REUNIÕES; DE ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS SOBRE O ANDAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO; DE USO DE EPI, UNIFORMES E/OU CRACHÁS PELOS REPRESENTANTES DA CONTRATADA RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO SERVIÇO; ETC.):**

**5.1.** Após assinatura do contrato o contratado deverá entrar em contato com a Gerência de Linha de Cuidado, Ensino e Pesquisa (Comissão Organizadora do Processo Seletivo da Residência Multiprofissional) em até 2 dias úteis, para reunião de definição de cronograma.

**5.2.** A cada etapa deverá ser gerado relatório descritivo, impresso e em meio digital para acompanhamento do desempenho das obrigações da contratada e do cronograma.

### **6. CRONOGRAMA, PRAZO E FORMA DE ENTREGA:**

<b>CRONOGRAMA</b>	
<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADE</b>
2 dias úteis após assinatura do contrato	Contato com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo da Residência Multiprofissional
Em até 7 dias úteis do primeiro contato	Elaboração do Edital
A ser divulgado (pelo menos 30 dias antes da realização das provas)	Publicação do Edital do Processo Seletivo no DOM
A ser divulgado	Divulgação do edital nos meios de comunicação e nos locais de concentração de potenciais candidatos
A ser divulgado	Período de inscrição dos candidatos ao Processo Seletivo
Até 2 dias do fim do período de inscrição	Divulgação da relação de inscritos
5 dias úteis antes da data da prova	Divulgação dos Locais e Horários de Realização das provas Objetivas de Múltipla

	Escolha e Análise Curricular.
A ser divulgado	Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha
A ser divulgado	Divulgação do gabarito da prova objetiva
2 dias úteis	Recursos
	Resultado final da prova objetiva
	Análise Curricular
	Resultado da Análise Curricular
A ser divulgado	Resultado final
	Recurso
A ser divulgado	Resultado final
	Realização da Matrícula
01/03/2021	Início da Residência

**OBS:** A data estimada para a prova poderá ser alterada em função do Comitê de Enfrentamento da COVID-19 da PBH frente a evolução da pandemia em Belo horizonte.

Devido a determinação da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional a data para o início da residência é improrrogável, as demais poderão ser reajustadas.

#### **7. LOCAL DE ENTREGA OU DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**

7.1. Gerência de Linha de cuidado, Ensino e Pesquisa - Avenida José Bonifácio, s/nº, Bairro São Cristóvão, CEP 31.210-690, Belo Horizonte (MG).

#### **8. CRITÉRIO(S) DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

MENOR PREÇO GLOBAL, OBTIDO PELO MENOR PERCENTUAL ÚNICO DA ARRECADAÇÃO COM AS TAXAS DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS PAGANTES, INDEPENDENTE DO NÚMERO DE CANDIDATOS, A SER TRANSFERIDO PELO HOSPITAL À CONTRATADA APÓS DEDUÇÃO DE TRIBUTOS E TARIFAS.

#### **9. JUSTIFICATIVA DO(S) CRITÉRIO(S) DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS ESCOLHIDO:**

Maior condição de igualdade entre as empresas.

#### **10. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO (EM MESES):**

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura e posterior cadastro/validação no SUCC (Sistema Unificado de Contratos, Convênios e Congêneres).

#### **11. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

A Contratada deverá apresentar a garantia contratual com o percentual de 5% (cinco por cento), conforme fixado em Lei.

#### **13. RESPONSABILIDADES, DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

A Empresa contratada deverá possuir toda infraestrutura necessária para a realização do concurso, se encarregando de toda a sua execução, de forma sigilosa, cumprindo rigorosamente o disposto no edital e responsabilizando-se, particularmente, pelos seguintes serviços:

- 12.1. Apresentar o cronograma das atividades desenvolvidas e relativas à estrutura e à organização do Processo Seletivo;
- 12.2. Cumprir o cronograma de execução dos serviços;
- 12.3. Assessorar na elaboração do Edital regulador do Processo Seletivo, em conformidade com as determinações da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo, submetendo-o à aprovação desta;
- 12.4. Cumprir o edital;
- 12.5. Participação na definição do programa e bibliografias, em consonância com as orientações da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo;
- 12.6. Verificação e conferência do programa e bibliografia sugerida pelo Contratante quanto à aplicabilidade, normas da ABNT, edições e acessibilidade em livrarias, bibliotecas, etc.;
- 12.7. Divulgar o Processo Seletivo 01/2021 nos meios de comunicação e espaços de interesse.

- 12.8. Elaboração e edição de cartazes informativos e panfletos, obedecendo aos critérios do Contratante, submetendo-os a análise do Hospital Metropolitano Odilon Behrens e Assessoria de Comunicação com antecedência estipulada pelo próprio Hospital Metropolitano Odilon Behrens;
- 12.9. Impressão desses cartazes informativos e panfletos para divulgação do processo seletivo nos meios de comunicação e nos locais de concentração de potenciais candidatos, como Instituições de Ensino Superior, por exemplo;
- 12.10. Disponibilizar o Edital via internet;
- 12.11. Atendimento aos candidatos que tenham dúvidas, por telefone ou pessoalmente, quanto à regulamentação do Processo Seletivo, **à partir da publicação do edital até a homologação do Processo Seletivo**;
- 12.12. Disponibilizar linhas telefônicas e e-mail com atendentes em quantidade suficiente ao atendimento de candidatos;
- 12.13. Disponibilização via Internet dos atos e outras informações referentes ao processo seletivo somente após autorização do Contratante;
- 12.14. Efetivar inscrição dos candidatos por meio eletrônico;
- 12.15. As inscrições deverão ter o valor de R\$200,00 para todas as categorias;
- 12.16. Elaboração e edição de requerimentos de inscrição, comprovante definitivo de inscrição e outros formulários que se fizerem necessários, obedecendo aos critérios do Contratante, submetendo-os a análise do Hospital Metropolitano Odilon Behrens e Assessoria de Comunicação com antecedência estipulada pelo próprio Hospital Metropolitano Odilon Behrens;
- 12.17. Disponibilização de páginas na Internet pelo portal da Contratada a serem criadas exclusivamente para viabilizar as inscrições - disponibilizar as fichas de inscrição e orientações aos candidatos na página da Internet da Contratada;
- 12.18. Recebimento das inscrições no período previsto no edital do Processo Seletivo, inclusive durante eventuais prorrogações, via internet, desde que o valor da taxa de inscrição seja depositado integralmente e que seja possível o controle;
- 12.19. Recebimento e processamento das inscrições;
- 12.20. Fornecimento diário ao Contratante, do número de inscritos durante todo o período de inscrição;
- 12.21. Informações ao Contratante de quais inscrições deverão ser indeferidas ou canceladas, bem como a motivação;
- 12.22. Fornecimento ao Contratante de informações sobre todos os dados da ficha de inscrição dos candidatos, mediante pedido;
- 12.23. Fornecimento de listagens impressas (encadernadas) e digitais (arquivo DOC ou XLS), dos candidatos inscritos, constando telefone fixo e celular, em no máximo 07 (sete) dias corridos após o término das inscrições;
- 12.24. Elaboração, revisão técnica e ortográfica, confecção, impressão das provas objetivas.
- 12.25. Recebimento e avaliação de Formulário e documentação comprobatória para Análise Curricular, deverá ser preenchido pelo candidato e entregue no ato da inscrição;
- 12.26. Informar ao Contratante a composição da banca examinadora bem como a qualificação técnica de seus membros, assegurado pelo menos um profissional especialista, com comprovada experiência por categoria profissional.
- 12.27. Confecção das folhas de respostas nominal para as provas objetivas;
- 12.28. Adoção de procedimentos que garantam o sigilo nas provas, de modo que o candidato não possa ser identificado pela Banca Examinadora;
- 12.29. Apresentação ao Contratante para aprovação das instruções que constarão nas provas para orientação dos candidatos, conforme disposto no respectivo edital;
- 12.30. Confecção das listas de presença para a realização das provas;
- 12.31. Confecção, emissão e postagem dos cartões de informação;
- 12.32. Providenciar local de aplicação das provas com toda infraestrutura necessária (material, limpeza e segurança);
- 12.33. Aplicação das provas em único dia;
- 12.34. Organizar mapa de salas;
- 12.35. Convocar, selecionar, promover o treinamento e pagamento de todo o pessoal envolvido na aplicação das provas (o pessoal de apoio deverá ter nível de escolaridade mínimo de ensino médio);
- 12.36. Organizar salas com mínimo de 02 (dois) fiscais e no máximo 40 (quarenta) candidatos;
- 12.37. Disponibilizar as condições especiais para os candidatos portadores de deficiência, gestantes, lactantes e de outros candidatos que necessitem;
- 12.38. Correção das provas objetivas (leitura ótica);
- 12.39. Apuração e divulgação dos resultados parcial e final de cada etapa (emissão de relatórios);
- 12.40. Recebimento e análise individual de recursos impetrados pelos candidatos e emissão de parecer fundamentado pela banca examinadora;
- 12.41. Encaminhamento ao Contratante de recursos apresentados e pareceres emitidos juntamente com relatório constando dados a serem definidos pelo Contratante antes da publicação de resultados de recursos;
- 12.42. Assistência jurídica, inclusive para eventuais ações judiciais;
- 12.43. Arquivamento e guarda de todo o material, que ficará a disposição para eventuais fiscalizações, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação dos resultados;
- 12.44. Manutenção de sigilo e segurança requeridos durante toda a realização do Processo Seletivo, sob pena de responsabilidades cabíveis;

- 12.45. Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a instituição contratada não deverá, mesmo após o término do contrato, sem consentimento prévio por escrito da contratante, fazer uso de quaisquer documentos ou informações, a não ser para fins de execução do contrato;
- 12.46. Fornecimento de todas as listagens necessárias, impressas (encadernadas) e digitais (arquivo DOC ou XLS), com formato estabelecido pela Contratante, dos resultados referentes às provas realizadas, em ordem de classificação, para publicação e controle;
- 12.47. Fornecimento de listagens de classificação final, em ordem de classificação, por Programa e categoria profissional, impressas (encadernadas) e digitais (arquivo DOC ou XLS), com formato estabelecido pelo Contratante, para publicação no Diário Oficial do Município - DOM e controle;
- 12.48. Fornecimento de listagens de endereços dos candidatos aprovados e de outras que se fizerem necessárias, em ordem de classificação, impressas (encadernadas) e digitais (arquivo DOC ou XLS), com formato estabelecido pela Contratante;
- 12.49. Fornecimento de dados estatísticos referente a cada etapa do Processo Seletivo, no máximo 02 (dois) dias corridos após a realização da etapa (número de inscritos, ausentes, presentes, eliminados, aprovados, etc);
- 12.50. Submeter-se à fiscalização e acompanhamento dos serviços, pela Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo instituída pelo Contratante; em todas as fases do Processo Seletivo,
- 12.51. Entregar portfólio contendo toda documentação referente ao Processo Seletivo, após a sua homologação, devidamente organizada, e, encadernada, segundo os critérios estabelecidos pelo Contratante;
- 12.52. Pagamento de todas as despesas, impostos e obrigações sociais, tributárias e previdenciárias;
- 12.53. A empresa contratada deverá apresentar um Plano de Contingencia para a realização do Processo Seletivo em meio a pandemia pelo Covid-19. De maneira a garantir segurança à equipe contratada e aos candidatos.
- a) Deverá estabelecer protocolos gerais e específicos de segurança baseados em distanciamento social, higiene, monitoramento e comunicação, para evitar o contágio.
- b) Respeitando os protocolos sanitários quanto a higiene pessoal deverá respeitar o uso obrigatório de máscara nas dependências da instituição; disponibilizar EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) para toda equipe contratada para todas as atividades de aplicação de prova e organização do processo
- c) Disponibilizar fornecimento de insumos para a higienização frequente das mãos como água e sabão ou álcool em gel.
- d) Organizar os horários de entrada e saída evitando aglomeração, garantir distância mínima de 1,5 metros entre pessoas nas filas. Para isso, deverão utilizar marcadores no piso interior e exterior, quando for caso, bem como adotar estratégias para diminuir o tempo de espera na fila.
- e) Fornecer água potável de modo individualizado. Caso a água seja fornecida em galões, purificadores, bebedouros ou filtros de água, deverá disponibilizar copo individual ou descartável.
- f) Providenciar a higienização dos banheiros e lavatórios antes da abertura, após o fechamento e, no mínimo, a cada três horas.
- g) Certificar-se de que o lixo seja removido sempre que necessário e descartado com segurança.
- h) Higienizar as salas de aula, e, as superfícies que são tocadas por muitas pessoas (grades, mesas de refeitórios, carteiras, puxadores de porta e corrimões), antes do início das provas e sempre que necessário
- i) Manter os ambientes bem ventilados com as janelas e portas abertas.
- j) Produzir materiais de comunicação para distribuição no local da prova na chegada dos candidatos, com orientações de fácil entendimento sobre a prevenção da COVID-19.
- k) Não permitir a permanência de pessoas sintomáticas para COVID-19 nos locais de prova.
- l) Promover a aferição da temperatura corporal de toda equipe de fiscais e candidatos antes de acessar o local das provas.
- m) As salas de aula deverão ser organizadas com intervalo de 1,5 metro quadrado (m<sup>2</sup>) entre cada carteira, tencionando um quantitativo máximo de 40 alunos por turma.

### **13. RESPONSABILIDADES, DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

A empresa contratante deverá:

- 13.1. Constituir comissão especial para acompanhar diretamente todos os passos da realização do processo seletivo;
- 13.2. Efetuar o pagamento à Instituição contratada, de acordo com o prazo e a forma estabelecidos no contrato;
- 13.3. Efetuar a publicação, nos meios oficiais, do Edital regulador do Processo Seletivo;
- 13.4. Elaborar normas e procedimentos operacionais destinados à perfeita execução do contrato;
- 13.5. Analisar propostas para a prestação dos serviços de realização do Processo Seletivo público;
- 13.6. Decidir sobre a contratação da Instituição realizadora do Processo Seletivo público;
- 13.7. Estabelecer integração com a Instituição realizadora do Processo Seletivo público;
- 13.8. Orientar e acompanhar a organização e a realização do Processo Seletivo público;
- 13.9. Fornecer subsídios e apoio à Entidade realizadora do Processo Seletivo público;
- 13.10. Contribuir com a divulgação do processo seletivo, em todas as suas fases;

- 13.11. Propor e aprovar o edital, comunicados, manuais de instrução, cronogramas, programas de provas e instrumentos correlatos;
- 13.12. Informar processos e expedientes relacionados ao Processo Seletivo, submetendo-os à apreciação superior;
- 13.13. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato de serviços para a realização do Processo Seletivo,
- 13.14. Desenvolver outras ações pertinentes que surgirem ao longo do processo seletivo.
- 13.15. A Contratante se reserva o direito de propor alterações no cronograma decorrentes do interesse público.

**14. SANÇÕES APLICÁVEIS POR ILÍCITOS COMETIDOS NO CURSO DO PROCESSO LICITATÓRIO OU DA EXECUÇÃO CONTRATUAL, OBSERVADA A LEGISLAÇÃO QUE REGE A MATÉRIA:**

**14.1.** A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

I - previstas nos incisos I a IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993:

- a) advertência, observado o disposto no artigo 6º do Decreto Municipal 15.113/2013;
- b) multa, observado o disposto nos artigos 7º a 10 do Decreto Municipal 15.113/2013;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, observado o disposto nos artigos 11 a 14 do Decreto Municipal 15.113/2013;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, observado o disposto nos artigos 15 a 19 deste Decreto.

II - previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002:

- a) impedimento de licitar;
- b) impedimento de contratar.

**14.2.** A responsabilidade do infrator será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**14.3.** Advertência:

**14.3.1.** A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao infrator decorrente da inexecução de deveres que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a Administração.

**14.3.1.1.** Sem embargo de outras situações, o atraso na entrega de serviços, autoriza a aplicação de advertência, independentemente da aplicação de multa.

**14.4.** Multa:

**14.4.1.** O infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos no contrato ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 15.113, DE 08 DE JANEIRO DE 2013, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame licitatório;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- c) tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de licitação;
- f) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação junto ao SUCAF, dentro do prazo concedido pela Administração Pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;



**g)** deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**IV** - multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

**a)** deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993;

**b)** permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

**c)** deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

**d)** deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

**e)** não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;

**f)** manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

**g)** utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

**h)** tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

**i)** deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

**V** - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

**VI** - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato;

**VII** - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

**14.4.2.** Se a recusa em assinar o contrato for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

**14.4.3.** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**14.4.4.** Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

**14.4.5.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas.

**14.4.5.1.** Na hipótese de cumulação serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

**14.4.6.** Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

**I** - se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o infrator pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

**II** - inexistindo faturas subsequentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;

**III** - impossibilitado o desconto a que se refere o inciso II, será o crédito correspondente inscrito em dívida ativa.

**14.5.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o contrato ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

**14.6.** Da suspensão temporária de participação em licitação e do impedimento de contratar com a Administração:

**14.6.1.** A suspensão temporária impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a Administração por determinado período de tempo, e poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses exemplificativas:

I - por período entre 6 (seis) meses e 01 (um) ano, caso o infrator:

a) seja reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:

a.1 - atraso na execução do objeto;

a.2 - alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;

a.3 - regularização junto ao SUCAF ou não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa;

b) receba três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;

c) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos nos contratos ou nos casos de inexecução total ou parcial, sem embargo do previsto nos incisos I e II do item 14.4.1 deste Edital;

d) tumultue a sessão pública de licitação;

e) dê ensejo à rescisão ou cancelamento total ou parcial do contrato;

f) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

g) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;

h) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

i) induza em erro a Administração;

II - por período entre 12 (doze) e 18 (dezoito) meses, caso o infrator:

a) atrase injustificadamente a execução do Contrato ou da Ata de Registro de Preços ou contrato, implicando em necessária rescisão contratual;

b) paralise injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens;

c) pratique atos irregulares ou ilegalidades para obtenção de cadastramento junto ao SUCAF;

d) dê ensejo ao cancelamento do Contrato ou da Ata de Registro de Preços;

III - por período de 24 (vinte e quatro) meses, caso o infrator:

a) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, no momento da contratação ou durante a execução do contrato, incluindo aqueles necessários ao registro junto ao SUCAF;

c) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos.

**14.6.2** A aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação produzirá os seguintes efeitos:

I - impedimento de licitar e contratar com o órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção, durante o prazo da suspensão;

II - rescisão do contrato celebrado, sem prejuízo da rescisão de outros contratos também celebrados com a Administração, caso a manutenção contratual ocasione-lhe um risco real ou para a segurança de seu patrimônio ou de seus servidores.

**14.6.3.** Na hipótese de serem atingidos outros contratos, o infrator deverá ser notificado para apresentação de defesa única no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**14.6.4.** As autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse público e a conveniência administrativa, poderão deixar de aplicar os efeitos previstos no subitem 14.6.2, bem como aplicar prazos diferenciados, conforme o ilícito administrativo praticado.

**14.6.5.** A aplicação da penalidade de suspensão de participação em licitação por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

**14.7.** Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública:

**14.7.1.** A declaração de inidoneidade impede o infrator de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública e será aplicada, entre outros casos, nas seguintes hipóteses:

I - demonstração de inidoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa;

II - ato ou conduta que, segundo previsão no instrumento convocatório e/ou no contrato, seja passível da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade;

III - existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais.

**14.7.2.** As autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse público e a conveniência administrativa, poderão deixar de aplicar as penalidades previstas no item 14.8.1 deste Edital, bem como aplicar prazos diferenciados, conforme o ilícito administrativo praticado.

**14.7.3.** Os efeitos da declaração de inidoneidade permanecem enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou.

**a)** A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos da aplicação da penalidade e será concedida quando o infrator ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta, e/ou cumprir obrigação com ela firmada.

**b)** No ato da declaração de inidoneidade, a Administração deverá indicar o valor a ser ressarcido pelo infrator, com os respectivos critérios de correção, e/ou as obrigações pendentes de cumprimento.

**14.7.4.** A Administração rescindir o contrato com o infrator penalizado com a declaração de inidoneidade, sem prejuízo da rescisão de outros contratos já celebrados, se a sua manutenção ocasionar-lhe um risco real, bem como para a segurança do seu patrimônio ou servidores.

**14.7.4.1.** Na hipótese de se atingir outros contratos, o infrator deverá ser notificado para apresentação de defesa única no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**14.7.4.2.** Na hipótese de antes de outras esferas governamentais aplicarem a pena de inidoneidade a pessoa física ou jurídica que seja parte em contrato firmado com a Administração Pública municipal, caberá às autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens decidir sobre a rescisão ou manutenção do contrato em vigor neste Hospital.

**14.7.4.3.** O infrator a que se refere o item 14.7.4.2 somente poderá contratar com o Hospital Metropolitano Odilon Behrens após o decurso do prazo da penalidade de inidoneidade aplicada ou sua reabilitação.

**14.8.** Do impedimento de licitar e contratar:

**14.8.1** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, ensejará o descredenciamento do infrator junto ao SUCAF, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - por período de até 1 (um) ano, nos casos de:

- a)** recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- b)** ausência de entrega da documentação exigida no edital;
- c)** não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade;

II - por período superior a 1 (um) e até 2 (dois) anos, nos casos de:

- a)** atraso na execução do disposto no contrato;
- b)** comportamento inidôneo;

III - por período superior a 2 (dois) anos, nos casos de:

- a)** apresentação de documentação falsa;
- b)** falha ou fraude na execução do contrato;
- c)** fraude fiscal.

**14.8.1.1.** Para os fins do disposto na alínea 'b' do inciso II do item 14.8.1, reputar-se-ão inidôneos os atos descritos no parágrafo único do art. 92, no art. 96 e no parágrafo único do art. 97, todos da Lei Federal nº 8.666/1993.

**14.8.1.2.** O atraso previsto na alínea 'a' do inciso II do item 14.8.1 configurar-se-á quando o infrator:

- a)** deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 10 (dez) dias úteis contados da sua assinatura;
- b)** deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços descritos no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 15 (quinze) dias intercalados.

**14.8.2.** A autoridade competente, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse e a conveniência administrativa, poderá deixar de aplicar a penalidade a que se refere o item 14.8.4.1 ou adotar prazo diferenciado.

**14.8.3.** A penalidade de impedimento produzirá os seguintes efeitos:

I - impedimento de licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município durante o prazo da penalidade;

II - rescisão do contrato celebrado, sem prejuízo da rescisão de outros contratos já celebrados com o Município, se a manutenção contratual representar um risco real para a Administração ou para a segurança do seu patrimônio ou de seus servidores.

**14.8.4.** Na hipótese de entes de outras esferas governamentais aplicarem as penas de impedimento de licitar e contratar a pessoa física ou jurídica que seja parte em contrato firmado com o Município, caberá às autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens decidir sobre a rescisão ou manutenção do contrato em vigor no âmbito municipal.

**14.8.4.1.** O infrator a que se refere o item 14.8.3 somente poderá contratar com a Administração no âmbito municipal após sua reabilitação ou o decurso do prazo da penalidade aplicada.

**14.8.5.** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração poderá ser cumulada com a penalidade de multa prevista em lei, edital ou contrato respectivo, devendo ser aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

**14.8.6.** É competente para aplicar as sanções de advertência e multa o Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças, do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

**14.8.7.** A aplicação da penalidade de suspensão temporária é de competência do Superintendente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

**14.8.8.** Na aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão do direito de licitar e contratar, será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação.

**14.8.9.** Na aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

**14.8.10.** As multas não eximem a Contratada da plena execução do fornecimento contratado.

**14.8.11.** O desempenho insatisfatório da adjudicatária será anotado em sua ficha cadastral, nos termos do artigo 24, do Decreto Municipal n.º 11.245/2003.

**14.8.12.** Estendem-se os efeitos das penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade, e de impedimento de licitar e contratar aos sócios de pessoa jurídica penalizada.

**14.8.12.1.** Sobre as pessoas jurídicas que tenham sócios em comum com o infrator também recairão os efeitos da aplicação de penalidade a que se refere o item 14.8.12.

#### **15. NOME DO(S) FUNCIONÁRIO(S) GERENCIADOR(ES) DO CONTRATO:**

Aléxia Luciana Ferreira - BM 44843-9 - Gerente de Linha de Cuidado, Ensino e Pesquisa.

#### **16. NOME DO(S) FUNCIONÁRIO(S) FISCALIZADOR(ES) DO CONTRATO:**

Natascha Savernini Lopes, HM 2648-6

**16.1. FISCAL SUBSTITUTO:** Ronaldo Machado Silva – HM 7398-4.

#### **17. EQUIPE DE APOIO:**

Maria Efigênia Lataliza - HM 556-X - Agente administrativo.

#### **18. PREGOEIRO:**

Edmundo Souzalima Caldoncelli Franco

#### **19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

A despesa ocorrerá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:  
2301.3304.10.302.030.2875/0001/339039-54, Fonte SOF 03-06, Fonte SICOM 1-12.

## **20. DO PAGAMENTO:**

**20.1.** As taxas de inscrição serão recebidas em conta específica do Hospital Odilon Behrens, que efetuará a instituição contratada o pagamento do custo da execução do objeto da contratação, correspondente ao percentual que lhe couber, em três parcelas, mediante a apresentação de fatura/nota fiscal, na seguinte forma:

- a)** 40% (quarenta por cento) até 10 (dez) dias após término das inscrições;
- b)** 30% (trinta por cento) até 10 (dez) dias após a realização das provas;
- c)** 30% (trinta por cento) até 10 (dez) dias após a entrega, à contratante, do resultado final do Processo Seletivo, já analisados todos os recursos.

**20.2.** Todos os recursos auferidos com as taxas de inscrição pertencerão ao Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

**20.3. ÓRGÃO RESPONSÁVEL:** Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças;

**20.4. GERÊNCIA:** Gerência de Orçamento e Finanças.

**ANEXO II  
 MODELO DE PROPOSTA**

**PREGÃO TIPO ELETRÔNICO N.º 088/2020  
 PROCESSO N.º 02-24/2020**

PROPOSTA COMERCIAL (em papel timbrado da proponente)							
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2020							
PROCESSO N.º 02-24/2020							
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA				PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE			
Razão Social							
CNPJ							
Endereço							
Telefone/Fax							
Nome do representante legal para assinatura do Contrato						CPF N.º	
ITEM	CÓD. SICAM	UNID.	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$	MARCA
PRAZO DE ENTREGA							
PRAZO DE GARANTIA							
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA							
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:							
<p>Declaro, sob as penas da Lei, que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução dos serviços da presente licitação, e que estou de acordo e cumpro integralmente todas as normas e requisitos do Edital de Pregão Eletrônico nº 088/2020 e seus anexos, sendo que o(s) serviço(s) a serem prestado(s) atende(m) plenamente a especificação contida no referido Edital.</p>							
Assinatura do proponente:							

**ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZ O HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS E A EMPRESA ..... POR MEIO DO PROCESSO DE COMPRAS N.º 02-24/2020, MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2020.**

O **HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**, Autarquia Municipal, com sede na Rua Formiga n.º 50, Bairro São Cristóvão, Belo Horizonte/MG, inscrito no CNPJ sob o n.º 16.692.126/0001-81, neste ato representada pelo seu Superintendente, ao fim assinado, denominado **CONTRATANTE** e a empresa ....., estabelecida na ....., n.º ....., Bairro ....., inscrita no CNPJ sob o n.º ....., representada neste instrumento por seu representante ao fim assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acertado o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n.º 088/2020**, em conformidade com a Lei Complementar n.º 101/2000, Lei Federal n.º 8.666/1993 e posteriores alterações, Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto Municipal n.º 10.710/2001, Decreto Municipal n.º 12.437/2006, Decreto Municipal n.º 12.436/2006, Decreto Municipal 16.535/2016, Decreto Municipal 15.113/2013, e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM REALIZAR PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE RESIDENTES PARA OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE - PRMP DO HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS – HOB E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE – SMSA – PBH**, nas especificações e quantidades relacionadas na Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO E DO REAJUSTE DE PREÇOS**

2.1. O **VALOR GLOBAL** do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da **CONTRATADA**, sendo os seguintes valores mensais e anuais:

ITEM	CÓD. SICAM	UNID.	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

3.1. Este Contrato vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses**, contado a partir da data de seu cadastro no Sistema Unificado de Contratos, Convênios e Congêneres – SUCC.

**Parágrafo único.** Nos termos do previsto no inciso II do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, o prazo de vigência deste Contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, **até o limite de 60 (sessenta) meses**, por meio de termo aditivo a ser firmado entre as partes, desde que os serviços estejam dentro dos padrões de qualidade exigidos e que o valor cobrado guarde compatibilidade com os preços praticados pelo mercado, observado o disposto no art. 15, do Decreto Municipal nº 15.562/2014.

**CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. **Local de execução dos serviços:** Hospital Metropolitano Odilon Behrens - Gerência de Linha de cuidado, Ensino e Pesquisa - Avenida José Bonifácio, s/nº, Bairro São Cristóvão, CEP 31.210-690, Belo Horizonte/MG.

4.2. **Prazo de execução: o cronograma, prazos e demais normas específicas para a execução dos serviços estão descritos no Anexo “A”, Plano de Trabalho.**

4.3. A **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços conforme estabelecido no presente Contrato e no Edital do Pregão Eletrônico nº 088/2020, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Segunda deste instrumento.

4.4. A execução dos serviços deverá ser realizada perante a Comissão de Recebimento designada pelo **CONTRATANTE** para tal fim, que adotará os seguintes procedimentos:

a) provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis: de posse dos documentos apresentados pela CONTRATADA e de uma via do Contrato e da proposta respectiva, receberá os serviços para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços, e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazo de 05 (cinco) dias úteis para correção pela CONTRATADA, ou aprovando, receberá provisoriamente os serviços, mediante recibo;

b) definitivamente em até 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento provisório, após verificação dos serviços executados, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do Edital e da proposta vencedora, quando será efetivado o recebimento definitivo mediante expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal (1º e 2ª vias).

4.5. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a Comissão de Recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à CONTRATANTE para aplicação de penalidades.

4.6. Em caso de necessidade de providências por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e considerado a execução em atraso, sujeitando-a à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

5.1. Em garantia à execução do Contrato, a CONTRATADA deverá prestar garantia correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, nos termos previstos no artigo 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro, por meio de depósito bancário em conta corrente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, a ser indicada pela Gerência de Orçamento e Finanças;

b) Títulos da Dívida Pública;

c) Seguro Garantia;

d) Fiança Bancária

5.2. A CONTRATADA deverá apresentar, **no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato**, o documento comprobatório da garantia prestada, sob pena de aplicação de sanção, inclusive multa e rescisão contratual.

5.3. A CONTRATADA deverá apresentar complemento à garantia inicial, sempre que o valor do Contrato vier a crescer, devido a aditamentos que acarrete alteração em seu valor global estimado, no mesmo prazo constante no Item 18.2.

5.4. Se o valor da garantia de execução for utilizado para o pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a restabelecer o seu valor integral, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar da data em que for comunicada pelo Contratante.

5.5. O descumprimento dos prazos estipulados nos parágrafos anteriores acarretará a retenção dos créditos da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

5.6. O valor da garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, indenizações ao HMOB e a terceiros, e por todas as multas impostas à CONTRATADA, sem que isso inviabilize a aplicação de multas em valor superior ao da garantia prestada.

5.7. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS**

6.1. A CONTRATADA terá os seguintes prazos:

6.1.1. Retirada da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento: A Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento será retirada pela CONTRATADA na Gerência de Orçamento e Finanças, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação.

6.1.2. **Prazo de execução dos serviços:** os serviços deverão ser executados dentro dos prazos fixados no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 088/2020 e no **Plano de Trabalho** anexo ao presente instrumento (**Anexo "A"**).



## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO ADITAMENTO DO CONTRATO**

7.1. Qualquer alteração contratual, desde que prevista na Lei Federal nº 8.666/1993, deverá ser formalizada por meio de Termo Aditivo, precedido este de autorização expressa do Representante Legal do CONTRATANTE, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Empresa contratada deverá possuir toda infraestrutura necessária para a realização do concurso, se encarregando de toda a sua execução, de forma sigilosa, cumprindo rigorosamente o disposto no edital e responsabilizando-se, particularmente, pelos seguintes serviços:

- 8.1. Apresentar o cronograma das atividades desenvolvidas e relativas à estrutura e à organização do Processo Seletivo;
- 8.2. Cumprir o cronograma de execução dos serviços;
- 8.3. Assessorar na elaboração do Edital regulador do Processo Seletivo, em conformidade com as determinações da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo, submetendo-o à aprovação desta;
- 8.4. Cumprir o edital;
- 8.5. Participação na definição do programa e bibliografias, em consonância com as orientações da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo;
- 8.6. Verificação e conferência do programa e bibliografia sugerida pelo Contratante quanto à aplicabilidade, normas da ABNT, edições e acessibilidade em livrarias, bibliotecas, etc.;
- 8.7. Divulgar o Processo Seletivo 01/2021 nos meios de comunicação e espaços de interesse.
- 8.8. Elaboração e edição de cartazes informativos e panfletos, obedecendo aos critérios do Contratante, submetendo-os a análise do Hospital Metropolitano Odilon Behrens e Assessoria de Comunicação com antecedência estipulada pelo próprio Hospital Metropolitano Odilon Behrens;
- 8.9. Impressão desses cartazes informativos e panfletos para divulgação do processo seletivo nos meios de comunicação e nos locais de concentração de potenciais candidatos, como Instituições de Ensino Superior, por exemplo;
- 8.10. Disponibilizar o Edital via internet;
- 8.11. Atendimento aos candidatos que tenham dúvidas, por telefone ou pessoalmente, quanto à regulamentação do Processo Seletivo, **à partir da publicação do edital até a homologação do Processo Seletivo**;
- 8.12. Disponibilizar linhas telefônicas e e-mail com atendentes em quantidade suficiente ao atendimento de candidatos;
- 8.13. Disponibilização via Internet dos atos e outras informações referentes ao processo seletivo somente após autorização do Contratante;
- 8.14. Efetivar inscrição dos candidatos por meio eletrônico;
- 8.15. As inscrições deverão ter o valor de R\$200,00 para todas as categorias;
- 8.16. Elaboração e edição de requerimentos de inscrição, comprovante definitivo de inscrição e outros formulários que se fizerem necessários, obedecendo aos critérios do Contratante, submetendo-os a análise do Hospital Metropolitano Odilon Behrens e Assessoria de Comunicação com antecedência estipulada pelo próprio Hospital Metropolitano Odilon Behrens;
- 8.17. Disponibilização de páginas na Internet pelo portal da Contratada a serem criadas exclusivamente para viabilizar as inscrições - disponibilizar as fichas de inscrição e orientações aos candidatos na página da Internet da Contratada;
- 8.18. Recebimento das inscrições no período previsto no edital do Processo Seletivo, inclusive durante eventuais prorrogações, via internet, desde que o valor da taxa de inscrição seja depositado integralmente e que seja possível o controle;
- 8.19. Recebimento e processamento das inscrições;
- 8.20. Fornecimento diário ao Contratante, do número de inscritos durante todo o período de inscrição;
- 8.21. Informações ao Contratante de quais inscrições deverão ser indeferidas ou canceladas, bem como a motivação;
- 8.22. Fornecimento ao Contratante de informações sobre todos os dados da ficha de inscrição dos candidatos, mediante pedido;
- 8.23. Fornecimento de listagens impressas (encadernadas) e digitais (arquivo DOC ou XLS), dos candidatos inscritos, constando telefone fixo e celular, em no máximo 07 (sete) dias corridos após o término das inscrições;
- 8.24. Elaboração, revisão técnica e ortográfica, confecção, impressão das provas objetivas.
- 8.25. Recebimento e avaliação de Formulário e documentação comprobatória para Análise Curricular, deverá ser preenchido pelo candidato e entregue no ato da inscrição;
- 8.26. Informar ao Contratante a composição da banca examinadora bem como a qualificação técnica de seus membros, assegurado pelo menos um profissional especialista, com comprovada experiência por categoria profissional.
- 8.27. Confecção das folhas de respostas nominal para as provas objetivas;
- 8.28. Adoção de procedimentos que garantam o sigilo nas provas, de modo que o candidato não possa ser identificado pela Banca Examinadora;
- 8.29. Apresentação ao Contratante para aprovação das instruções que constarão nas provas para orientação dos candidatos, conforme disposto no respectivo edital;
- 8.30. Confecção das listas de presença para a realização das provas;

- 8.31. Confeção, emissão e postagem dos cartões de informação;
- 8.32. Providenciar local de aplicação das provas com toda infraestrutura necessária (material, limpeza e segurança);
- 8.33. Aplicação das provas em único dia;
- 8.34. Organizar mapa de salas;
- 8.35. Convocar, selecionar, promover o treinamento e pagamento de todo o pessoal envolvido na aplicação das provas (o pessoal de apoio deverá ter nível de escolaridade mínimo de ensino médio);
- 8.36. Organizar salas com mínimo de 02 (dois) fiscais e no máximo 40 (quarenta) candidatos;
- 8.37. Disponibilizar as condições especiais para os candidatos portadores de deficiência, gestantes, lactantes e de outros candidatos que necessitem;
- 8.38. Correção das provas objetivas (leitura ótica);
- 8.39. Apuração e divulgação dos resultados parcial e final de cada etapa (emissão de relatórios);
- 8.40. Recebimento e análise individual de recursos impetrados pelos candidatos e emissão de parecer fundamentado pela banca examinadora;
- 8.41. Encaminhamento ao Contratante de recursos apresentados e pareceres emitidos juntamente com relatório constando dados a serem definidos pelo Contratante antes da publicação de resultados de recursos;
- 8.42. Assistência jurídica, inclusive para eventuais ações judiciais;
- 8.43. Arquivamento e guarda de todo o material, que ficará a disposição para eventuais fiscalizações, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação dos resultados;
- 8.44. Manutenção de sigilo e segurança requeridos durante toda a realização do Processo Seletivo, sob pena de responsabilidades cabíveis;
- 8.45. Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a instituição contratada não deverá, mesmo após o término do contrato, sem consentimento prévio por escrito da contratante, fazer uso de quaisquer documentos ou informações, a não ser para fins de execução do contrato;
- 8.46. Fornecimento de todas as listagens necessárias, impressas (encadernadas) e digitais (arquivo DOC ou XLS), com formato estabelecido pela Contratante, dos resultados referentes às provas realizadas, em ordem de classificação, para publicação e controle;
- 8.47. Fornecimento de listagens de classificação final, em ordem de classificação, por Programa e categoria profissional, impressas (encadernadas) e digitais (arquivo DOC ou XLS), com formato estabelecido pelo Contratante, para publicação no Diário Oficial do Município - DOM e controle;
- 8.48. Fornecimento de listagens de endereços dos candidatos aprovados e de outras que se fizerem necessárias, em ordem de classificação, impressas (encadernadas) e digitais (arquivo DOC ou XLS), com formato estabelecido pela Contratante;
- 8.49. Fornecimento de dados estatísticos referente a cada etapa do Processo Seletivo, no máximo 02 (dois) dias corridos após a realização da etapa (número de inscritos, ausentes, presentes, eliminados, aprovados, etc);
- 8.50. Submeter-se à fiscalização e acompanhamento dos serviços, pela Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo instituída pelo Contratante; em todas as fases do Processo Seletivo,
- 8.51. Entregar portfólio contendo toda documentação referente ao Processo Seletivo, após a sua homologação, devidamente organizada, e, encadernada, segundo os critérios estabelecidos pelo Contratante;
- 8.52. Pagamento de todas as despesas, impostos e obrigações sociais, tributárias e previdenciárias;
- 8.53. A empresa contratada deverá apresentar um Plano de Contingência para a realização do Processo Seletivo em meio a pandemia pelo Covid-19. De maneira a garantir segurança à equipe contratada e aos candidatos.
- n) Deverá estabelecer protocolos gerais e específicos de segurança baseados em distanciamento social, higiene, monitoramento e comunicação, para evitar o contágio.
- o) Respeitando os protocolos sanitários quanto a higiene pessoal deverá respeitar o uso obrigatório de máscara nas dependências da instituição; disponibilizar EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) para toda equipe contratada para todas as atividades de aplicação de prova e organização do processo
- p) Disponibilizar fornecimento de insumos para a higienização frequente das mãos como água e sabão ou álcool em gel.
- q) Organizar os horários de entrada e saída evitando aglomeração, garantir distância mínima de 1,5 metros entre pessoas nas filas. Para isso, deverão utilizar marcadores no piso interior e exterior, quando for caso, bem como adotar estratégias para diminuir o tempo de espera na fila.
- r) Fornecer água potável de modo individualizado. Caso a água seja fornecida em galões, purificadores, bebedouros ou filtros de água, deverá disponibilizar copo individual ou descartável.
- s) Providenciar a higienização dos banheiros e lavatórios antes da abertura, após o fechamento e, no mínimo, a cada três horas.
- t) Certificar-se de que o lixo seja removido sempre que necessário e descartado com segurança.
- u) Higienizar as salas de aula, e, as superfícies que são tocadas por muitas pessoas (grades, mesas de refeitórios, carteiras, puxadores de porta e corrimões), antes do início das provas e sempre que necessário
- v) Manter os ambientes bem ventilados com as janelas e portas abertas.
- w) Produzir materiais de comunicação para distribuição no local da prova na chegada dos candidatos, com orientações de fácil entendimento sobre a prevenção da COVID-19.
- x) Não permitir a permanência de pessoas sintomáticas para COVID-19 nos locais de prova.

- y) Promover a aferição da temperatura corporal de toda equipe de fiscais e candidatos antes de acessar o local das provas.
- z) As salas de aula deverão ser organizadas com intervalo de 1,5 metro quadrado (m<sup>2</sup>) entre cada carteira, tencionando um quantitativo máximo de 40 alunos por turma.

#### **CLÁUSULA NONA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

A empresa contratante deverá:

- 9.1. Constituir comissão especial para acompanhar diretamente todos os passos da realização do processo seletivo;
- 9.2. Efetuar o pagamento à Instituição contratada, de acordo com o prazo e a forma estabelecidos no contrato;
- 9.3. Efetuar a publicação, nos meios oficiais, do Edital regulador do Processo Seletivo;
- 9.4. Elaborar normas e procedimentos operacionais destinados à perfeita execução do contrato;
- 9.5. Analisar propostas para a prestação dos serviços de realização do Processo Seletivo público;
- 9.6. Decidir sobre a contratação da Instituição realizadora do Processo Seletivo público;
- 9.7. Estabelecer integração com a Instituição realizadora do Processo Seletivo público;
- 9.8. Orientar e acompanhar a organização e a realização do Processo Seletivo público;
- 9.9. Fornecer subsídios e apoio à Entidade realizadora do Processo Seletivo público;
- 9.10. Contribuir com a divulgação do processo seletivo, em todas as suas fases;
- 9.11. Propor e aprovar o edital, comunicados, manuais de instrução, cronogramas, programas de provas e instrumentos correlatos;
- 9.12. Informar processos e expedientes relacionados ao Processo Seletivo, submetendo-os à apreciação superior;
- 9.13. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato de serviços para a realização do Processo Seletivo,
- 9.14. Desenvolver outras ações pertinentes que surgirem ao longo do processo seletivo.
- 9.15. A Contratante se reserva o direito de propor alterações no cronograma decorrentes do interesse público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

10.1. As taxas de inscrição serão recebidas em conta específica do Hospital Odilon Behrens, que efetuará a instituição contratada o pagamento do custo da execução do objeto da contratação, correspondente ao percentual que lhe couber, em três parcelas, mediante a apresentação de fatura/nota fiscal, na seguinte forma:

- 10.1.1. 40% (quarenta por cento) até 10 (dez) dias após término das inscrições;
- 10.1.2. 30% (trinta por cento) até 10 (dez) dias após a realização das provas;
- 10.1.3. 30% (trinta por cento) até 10 (dez) dias após a entrega, à contratante, do resultado final do Processo Seletivo, já analisados todos os recursos.

10.2. Todos os recursos auferidos com as taxas de inscrição pertencerão ao Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

10.3. Todos os recursos auferidos com as taxas de inscrição pertencerão ao Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

10.4. A fatura será obrigatoriamente instruída com a respectiva Nota de Empenho/Ordem de Serviços e descreverá os serviços executados.

10.5. A CONTRATADA encaminhará a Nota Fiscal(ais)/Fatura ao setor recebedor do serviço que conferirá, atestará e remeterá à Gerência de Orçamento e Finanças do Hospital Metropolitano Odilon Behrens para pagamento, juntamente com o Empenho/Ordem de Fornecimento respectivo.

10.6. Havendo necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso do prazo referido no item 10.1 desta Cláusula será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

10.7. Poderá ser atrasado o pagamento de qualquer fatura que contrarie as especificações contidas na Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento ou Proposta apresentada, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

10.8. O Hospital Metropolitano Odilon Behrens poderá reter o pagamento em caso de dano de responsabilidade da CONTRATADA, ou, ainda, para recebimento das multas aplicadas como penalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária sob a rubrica: 2301.3304.10.302.030.2875/0001/339039-54, Fonte SOF 03-06, Fonte SICOM 1-12.

**Parágrafo único.** Caso ocorra alteração da Dotação Orçamentária esta passará a fazer parte do presente Contrato, através do termo de apostila, que será obrigatoriamente juntado ao processo de compras.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

I - previstas nos incisos I a IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993:

- a) advertência, observado o disposto no artigo 6º do Decreto Municipal 15.113/2013;
- b) multa, observado o disposto nos artigos 7º a 10 do Decreto Municipal 15.113/2013;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, observado o disposto nos artigos 11 a 14 do Decreto Municipal 15.113/2013;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, observado o disposto nos artigos 15 a 19 do Decreto Municipal 15.113/2013.

II - previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002:

- a) impedimento de licitar;
- b) impedimento de contratar.

**12.2.** A responsabilidade do infrator será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**12.3.** Advertência:

**12.3.1.** A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao infrator decorrente da inexecução de deveres que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a Administração.

**12.3.1.1.** Sem embargo de outras situações, o atraso na entrega de produtos, autoriza a aplicação de advertência, independentemente da aplicação de multa.

**12.4.** Multa:

**12.4.1.** O infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos no contrato ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 15.113, DE 08 DE JANEIRO DE 2013, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- c) tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade Pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de licitação;
- f) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação junto ao SUCAF, dentro do prazo concedido pela Administração Pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

IV - multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do Contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do Contrato;
- g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do Contrato;
- h) tolerar, no cumprimento do Contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.

V - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

VI - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

**12.4.2.** Se a recusa em assinar o Contrato for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

**12.4.3.** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**12.4.4.** Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

**12.4.5.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas.

**12.4.5.1.** Na hipótese de cumulação serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

**12.4.6.** Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I - se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o infrator pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

II - inexistindo faturas subsequentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;

III - impossibilitado o desconto a que se refere o inciso II, será o crédito correspondente inscrito em dívida ativa.

**12.5.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o Contrato ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitado no ato da autoridade competente pela contratação.

**12.6.** Da suspensão temporária de participação em licitação e do impedimento de contratar com a Administração:

**12.6.1.** A suspensão temporária impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a Administração por determinado período de tempo, e poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses exemplificativas:

I - por período entre 6 (seis) meses e 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) seja reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:

- 1 - atraso na execução do objeto;
- 2 - alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
- 3 - regularização junto ao SUCAF ou não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa;
- b) receba três penalidades de advertência, relativas ao mesmo Contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
- c) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos nos contratos ou nos casos de inexecução total ou parcial, sem embargo do previsto nos incisos I e II do item 12.4.1 deste Edital;
- d) tumultue a sessão pública de licitação;
- e) dê ensejo à rescisão ou cancelamento total ou parcial do contrato;
- f) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- g) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
- h) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- i) induza em erro a Administração;

II - por período entre 12 (doze) e 18 (dezoito) meses, caso o infrator:

- a) atrase injustificadamente a execução da Ata de Registro de Preços ou contrato, implicando em necessária rescisão contratual;
- b) paralise injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens;
- c) pratique atos irregulares ou ilegalidades para obtenção de cadastramento junto ao SUCAF;
- d) dê ensejo ao cancelamento da Ata de Registro de Preços;

III - por período de 24 (vinte e quatro) meses, caso o infrator:

- a) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- b) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, no momento da contratação ou durante a execução do Contrato, incluindo aqueles necessários ao registro junto ao SUCAF;
- c) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos.

**12.6.2.** A aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação produzirá os seguintes efeitos:

I - impedimento de licitar e contratar com o órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção, durante o prazo da suspensão;

II - rescisão do Contrato celebrado, sem prejuízo da rescisão de outros contratos também celebrados com a Administração, caso a manutenção contratual ocasione-lhe um risco real ou para a segurança de seu patrimônio ou de seus servidores.

**12.6.3.** Na hipótese de serem atingidos outros contratos, o infrator deverá ser notificado para apresentação de defesa única no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**12.6.4.** As autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse público e a conveniência administrativa, poderão deixar de aplicar os efeitos previstos no subitem 12.6.2, bem como aplicar prazos diferenciados, conforme o ilícito administrativo praticado.

**12.6.5.** A aplicação da penalidade de suspensão de participação em licitação por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

**12.7.** Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública:

**12.7.1.** A declaração de inidoneidade impede o infrator de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública e será aplicada, entre outros casos, nas seguintes hipóteses:

I - demonstração de inidoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa;

II - ato ou conduta que, segundo previsão no instrumento convocatório e/ou no contrato, seja passível da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade;

III - existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais.

**12.7.2.** As autoridades competentes do Hospital Metropolitan Odilon Behrens, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse público e a conveniência administrativa, poderão deixar de aplicar as penalidades previstas no item 12.8.1 deste instrumento, bem como aplicar prazos diferenciados, conforme o ilícito administrativo praticado.

**12.7.3.** Os efeitos da declaração de inidoneidade permanecem enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos da aplicação da penalidade e será concedida quando o infrator ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta, e/ou cumprir obrigação com ela firmada.

b) No ato da declaração de inidoneidade, a Administração deverá indicar o valor a ser ressarcido pelo infrator, com os respectivos critérios de correção, e/ou as obrigações pendentes de cumprimento.

**12.7.4.** A Administração rescindir o Contrato com o infrator penalizado com a declaração de inidoneidade, sem prejuízo da rescisão de outros contratos já celebrados, se a sua manutenção ocasionar-lhe um risco real, bem como para a segurança do seu patrimônio ou servidores.

**12.7.4.1.** Na hipótese de se atingir outros contratos, o infrator deverá ser notificado para apresentação de defesa única no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**12.7.4.2.** Na hipótese de entes de outras esferas governamentais aplicarem a pena de inidoneidade a pessoa física ou jurídica que seja parte em contrato firmado com a Administração Pública municipal, caberá às autoridades competentes do Hospital Metropolitan Odilon Behrens decidir sobre a rescisão ou manutenção do contrato em vigor neste Hospital.

**12.7.4.3.** O infrator a que se refere o item 12.7.4.2 somente poderá contratar com o Hospital Metropolitan Odilon Behrens após o decurso do prazo da penalidade de inidoneidade aplicada ou sua reabilitação.

**12.8.** Do impedimento de licitar e contratar:

**12.8.1.** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, ensejará o descredenciamento do infrator junto ao SUCAF, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - por período de até 1 (um) ano, nos casos de:

- a) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- b) ausência de entrega da documentação exigida no Edital;
- c) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade;

II - por período superior a 1 (um) e até 2 (dois) anos, nos casos de:

- a) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;
- b) comportamento inidôneo;

III - por período superior a 2 (dois) anos, nos casos de:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) falha ou fraude na execução do contrato;
- c) fraude fiscal.

**12.8.1.2.** O atraso previsto na alínea 'a' do inciso II do item 12.8.1 configurar-se-á quando o infrator:

a) deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 10 (dez) dias úteis contados da sua assinatura;

b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços descritos no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 15 (quinze) dias intercalados.

**12.8.2.** A autoridade competente, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse e a conveniência administrativa, poderá deixar de aplicar a penalidade a que se refere o item 12.8.4.1 ou adotar prazo diferenciado.

**12.8.3.** A penalidade de impedimento produzirá os seguintes efeitos:

I - impedimento de licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município durante o prazo da penalidade;

II - rescisão do contrato celebrado, sem prejuízo da rescisão de outros contratos já celebrados com o Município, se a manutenção contratual representar um risco real para a Administração ou para a segurança do seu patrimônio ou de seus servidores.

**12.8.4.** Na hipótese de antes de outras esferas governamentais aplicarem as penas de impedimento de licitar e contratar a pessoa física ou jurídica que seja parte em contrato firmado com o Município, caberá às autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens decidir sobre a rescisão ou manutenção do contrato em vigor no âmbito municipal.

**12.8.4.1.** O infrator a que se refere o item 12.8.3 somente poderá contratar com a Administração no âmbito municipal após sua reabilitação ou o decurso do prazo da penalidade aplicada.

**12.8.5.** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração poderá ser cumulada com a penalidade de multa prevista em lei, edital ou contrato respectivo, devendo ser aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

**12.8.6.** É competente para aplicar as sanções de advertência e multa o Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças, do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

**12.8.7.** A aplicação da penalidade de suspensão temporária é de competência da Superintendente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

**12.8.8.** Na aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão do direito de licitar e contratar, será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação.

**12.8.9.** Na aplicação da penalidade declaração de inidoneidade, será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

**12.8.10.** As multas não eximem a Contratada da plena execução do fornecimento contratado.

**12.8.11.** O desempenho insatisfatório da adjudicatária será anotado em sua ficha cadastral, nos termos do artigo 24, do Decreto Municipal n.º 11.245/2003.

**12.8.12.** Estendem-se os efeitos das penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade, e de impedimento de licitar e contratar aos sócios de pessoa jurídica penalizada.

**12.8.12.1.** Sobre as pessoas jurídicas que tenham sócios em comum com o infrator também recairão os efeitos da aplicação de penalidade a que se refere o item 12.8.12.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**13.1.** Das decisões proferidas pela Administração caberão recursos, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos casos de aplicação das penas de advertência, suspensão temporária, multa ou rescisão do Contrato.

**Parágrafo único:** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato ocorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade competente, devendo, neste caso a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do processo, sob pena de responsabilidade.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**14.1. GESTORA DO CONTRATO: ALÉXIA LUCIANA FERREIRA, BM 44843-9 - Gerente de Linha de Cuidado, Ensino e Pesquisa.**

**14.2. FISCAL: NATASCHA SAVERNINI LOPES, HM 2648-6.**

**14.3. FISCAL SUBSTITUTO: RONALDO MACHADO SILVA, HM 7398-4.**

§ 1º Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, os gestores e fiscais do Contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.



§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e fiscal do contrato deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES**

15.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido:

16.1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993.

16.2. Por acordo entre as partes, reduzido a termo, conforme inciso II do art. 79 da Lei 8.666/1993.

16.3. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/1993.

§ 1º Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 2º Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, o CONTRATANTE responderá pelos materiais efetivamente entregues pela CONTRATADA, até a data da rescisão, desde que atendidos todos os requisitos estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 088/2020 e no presente instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REGISTRO E DA PUBLICAÇÃO**

17.1. A eficácia do presente Contrato depende de seu registro junto ao Setor de Contratos/Gerência de Compras e Materiais, cabendo ao CONTRATANTE a publicação de seu extrato em edição do DOM – Diário Oficial do Município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1. Este Contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei Federal n.º 8.666/1993.

18.2. Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, sem autorização prévia do CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

18.3. Este Contrato não poderá ser utilizado, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

18.4. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao CONTRATANTE e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão do Contrato.

18.5. O CONTRATANTE e a CONTRATADA, quando necessário, poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei n.º 8.666/1993, por revisão contratual precedida de cálculos e demonstração analítica do aumento dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de custos e formação de preços, e pesquisa de mercado a ser realizada pela Gerência de Compras, Contratos e Convênios - GCOM do CONTRATANTE, que obrigatoriamente emitirá nos autos o parecer técnico-financeiro devidamente fundamentado, analisando as alegações e toda a documentação apresentada pelo contratado, opinando pela concessão ou não da revisão.

18.5.1. Os preços contratados também poderão sofrer redução, caso se constate no mercado, durante a vigência do Contrato, a diminuição do seu valor, ocasião em que a Gerência de Compras, Contratos e Convênios - GCOM expedirá o parecer técnico-financeiro demonstrando a redução de preços, procedendo-se a notificação do CONTRATADO para os

procedimentos necessários à formalização da redução dos preços, mediante a celebração de Termo Aditivo ao presente instrumento.

**18.6.** O CONTRANTE reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no § 1º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/1993.

**18.7.** O objeto deste Contrato será executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

**18.8.** O CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar qualquer serviço em desacordo com o previsto neste Contrato e no Edital do Pregão Eletrônico 088/2020, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei n. 8.666/1993, sem prejuízo da aplicação das sanções estabelecidas no presente instrumento e no Edital.

**18.9.** Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

**19.1.** É competente o Foro da Comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência do presente contrato.

E por assim estarem justas e acordadas, declaram as partes aceitarem todas as disposições contidas nas cláusulas do presente contrato, e firmam este, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, e para um só efeito.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**DR. DANILO BORGES MATIAS  
SUPERINTENDENTE  
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**

**CONTRATADA**

**Integra este Contrato o Anexo “A”, denominado Plano de Trabalho.**

**ANEXO “A” – PLANO DE TRABALHO**

**1. OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM REALIZAR PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE RESIDENTES PARA OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE - PRMP DO HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS – HOB E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE – SMSA – PBH.**

**2. DO CRONOGRAMA**

2.1. A Contratada deverá obedecer o seguinte Cronograma de Atividades:

CRONOGRAMA	
DATA	ATIVIDADE
2 dias úteis após assinatura do contrato	Contato com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo da Residência Multiprofissional
Em até 7 dias úteis do primeiro contato	Elaboração do Edital
A ser divulgado (pelo menos 30 dias antes da realização das provas)	Publicação do Edital do Processo Seletivo no DOM
A ser divulgado	Divulgação do edital nos meios de comunicação e nos locais de concentração de potenciais candidatos
A ser divulgado	Período de inscrição dos candidatos ao Processo Seletivo
Até 2 dias do fim do período de inscrição	Divulgação da relação de inscritos
5 dias úteis antes da data da prova	Divulgação dos Locais e Horários de Realização das provas Objetivas de Múltipla Escolha e Análise Curricular.
A ser divulgado	Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha
A ser divulgado	Divulgação do gabarito da prova objetiva
2 dias úteis	Recursos
	Resultado final da prova objetiva
	Análise Curricular
	Resultado da Análise Curricular
A ser divulgado	Resultado final
	Recurso
A ser divulgado	Resultado final
	Realização da Matrícula
01/03/2021	Início da Residência

**2.2. Observações:**

2.2.1. A data estimada para a prova poderá ser alterada em função do Comitê de Enfrentamento da COVID-19 da PBH frente a evolução da pandemia em Belo Horizonte.

2.2.2. Devido a determinação da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional a data para o início da residência é improrrogável, as demais poderão ser reajustadas.

**2.3. LOCAL DE ENTREGA OU DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**

2.3.1. Gerência de Linha de cuidado, Ensino e Pesquisa - Avenida José Bonifácio, s/nº, Bairro São Cristóvão, CEP 31.210-690, Belo Horizonte (MG).

**3. DO PLANO DE TRABALHO:**

**3.1. DAS VAGAS:**

De acordo com a aprovação do Programa Nacional de Bolsas para Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde, o Hospital Metropolitano Odilon Behrens e Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte ofertarão 54 (cinquenta

e quatro) vagas, distribuídas em dez (10) categorias profissionais para residentes multiprofissionais em saúde, conforme o Quadro 1.

**QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS POR PROGRAMA E POR CATEGORIA PROFISSIONAL**

PROGRAMA	CÓDIGO	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	Nº DE VAGAS	VALOR DA BOLSA
1. Urgência e Trauma - HOB	101	Enfermagem	Curso Superior completo em Enfermagem, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão	2	R\$ 3.330,43
	102	Farmácia	Curso Superior completo em Farmácia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	103	Fisioterapia	Curso Superior completo em Fisioterapia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	104	Fonoaudiologia	Curso Superior completo em Fonoaudiologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	105	Nutrição	Curso Superior completo em Nutrição, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	106	Serviço Social	Curso Superior completo em Serviço Social, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	107	Psicologia	Curso Superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
PROGRAMA	CÓDIGO	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	Nº DE VAGAS	VALOR DA BOLSA
2. Saúde da Criança - HOB	201	Enfermagem	Curso Superior completo em Enfermagem, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	202	Fisioterapia	Curso Superior completo em Fisioterapia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	203	Fonoaudiologia	Curso Superior completo em Fonoaudiologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	204	Serviço Social	Curso Superior completo em Serviço Social, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	205	Nutrição	Curso Superior completo em Nutrição, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	206	Psicologia	Curso Superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
PROGRAMA	CÓDIGO	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	Nº DE VAGAS	VALOR DA BOLSA

3. Saúde Mental HOB	301	Enfermagem	Curso Superior completo em Enfermagem, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão	2	R\$ 3.330,43
	302	Psicologia	Curso Superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	2	R\$ 3.330,43
	303	Serviço Social	Curso Superior completo em Serviço Social, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	2	R\$ 3.330,43
	304	Terapia Ocupacional	Curso Superior completo em Terapia Ocupacional, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	2	R\$ 3.330,43
<b>PROGRAMA</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>CATEGORIAS PROFISSIONAIS</b>	<b>ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA</b>	<b>Nº DE VAGAS</b>	<b>VALOR DA BOLSA</b>
4. Saúde do Idoso - HOB	401	Enfermagem	Curso Superior completo em Enfermagem, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	402	Fisioterapia	Curso Superior completo em Fisioterapia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	403	Fonoaudiologia	Curso Superior completo em Fonoaudiologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	404	Nutrição	Curso Superior completo em Nutrição, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	405	Odontologia	Curso Superior completo em Odontologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	406	Psicologia	Curso Superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	407	Serviço Social	Curso Superior completo em Serviço Social, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	408	Terapia Ocupacional	Curso Superior completo em Terapia Ocupacional, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
<b>PROGRAMA</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>CATEGORIAS PROFISSIONAIS</b>	<b>ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA</b>	<b>Nº DE VAGAS</b>	<b>VALOR DA BOLSA</b>
5. Saúde da Mulher - HOB	501	Enfermagem	Curso Superior completo em Enfermagem, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	2	R\$ 3.330,43
	502	Fisioterapia	Curso Superior completo em Fisioterapia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	503	Psicologia	Curso Superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
<b>PROGRAMA</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>CATEGORIAS PROFISSIONAIS</b>	<b>ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA</b>	<b>Nº DE VAGAS</b>	<b>VALOR DA BOLSA</b>

6. Atenção Básica/Saúde da Família - HOB	601	Educador Físico	Curso Superior completo em Educação Física, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão	1	R\$ 3.330,43
	602	Enfermagem	Curso Superior completo em Enfermagem, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	603	Farmácia	Curso Superior completo em Farmácia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	604	Fisioterapia	Curso Superior completo em Fisioterapia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	605	Fonoaudiologia	Curso Superior completo em Fonoaudiologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	606	Nutrição	Curso Superior completo em Nutrição, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	607	Psicologia	Curso Superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	608	Odontologia	Curso Superior completo em Odontologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	609	Serviço Social	Curso Superior completo em Serviço Social, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	610	Terapia Ocupacional	Curso Superior completo em Terapia Ocupacional, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
<b>PROGRAMA</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>CATEGORIAS PROFISSIONAIS</b>	<b>ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA</b>	<b>Nº DE VAGAS</b>	<b>VALOR DA BOLSA</b>
	701	Educador Físico	Curso Superior completo em Educação Física, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão	1	R\$ 3.330,43
Atenção Básica/Saúde da Família - SMSA	702	Enfermagem	Curso Superior completo em Enfermagem, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	703	Farmácia	Curso Superior completo em Farmácia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	704	Fisioterapia	Curso Superior completo em Fisioterapia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	705	Fonoaudiologia	Curso Superior completo em Fonoaudiologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	706	Nutrição	Curso Superior completo em Nutrição, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	707	Psicologia	Curso Superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43

	708	Odontologia	Curso Superior completo em Odontologia, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	709	Serviço Social	Curso Superior completo em Serviço Social, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43
	710	Terapia Ocupacional	Curso Superior completo em Terapia Ocupacional, reconhecido pelo MEC e com habilitação legal para o exercício da profissão.	1	R\$ 3.330,43

### 3.2. DO PROCESSO SELETIVO:

#### 3.2.1. INSCRIÇÃO:

O processo seletivo deverá se organizar a partir das orientações abaixo:

- d) No ato da inscrição, o candidato deverá optar por dois programas, de acordo com sua categoria profissional.
- e) O candidato deverá indicar, no momento da inscrição, a ordem de preferência do programa em que deseja atuar, desde que para uma mesma categoria profissional. Essa opção será definitiva e não poderá ser alterada após a conclusão da inscrição.
- f) Caso o candidato prefira optar por um único programa, poderá colocar a segunda opção igual à primeira, concorrendo a este único programa.

#### 3.2.2. DAS PROVAS:

O processo seletivo acontecerá em DUAS (02) etapas, sendo a primeira eliminatória e a segunda classificatória.

**1ª Etapa: Eliminatória;** por meio de prova objetiva de múltipla escolha, sendo a prova composta por 20 questões de saúde pública/saúde coletiva e 40 questões específicas para cada categoria profissional, com valor de 1,5 ponto por questão somando 90 (noventa) pontos. Serão eliminados os candidatos que não obtiverem um aproveitamento mínimo de 60% do total das provas ou zerarem uma das duas prova. **Destaca-se que deverão ser elaborados 11 (onze) tipos de provas.** A prova objetiva deve contemplar questões que exijam dos candidatos os desempenhos compatíveis com a conclusão do curso de sua profissão, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais.

**2ª etapa: Classificatória:** A análise de curriculum vitae.

**Distribuição de pontuação:** terá peso 01 (um) e será realizada de acordo com o Formulário para Análise Curricular (em anexo no edital) preenchida pelo candidato a ser conferida pela empresa contratada e pontuada de acordo com a documentação comprobatória anexada no ato da inscrição. Esta etapa valerá 10 pontos, e, para tanto, a pontuação será identificada através do Cálculo de Média simples dos valores obtidos.

Serão empregados 05 domínios para análise curricular:

CRITÉRIOS PARA ANÁLISE	VALOR DE REFERÊNCIA
1: Titulação	Máximo: 10,0 pontos
2: Estágio	Máximo: 10,0 pontos
3: Projetos de Extensão	Máximo: 10,0 pontos
4: Produção Científica	Máximo: 10,0 pontos
5: Participação em atividades acadêmicas complementares	Máximo: 10,0 pontos

O Formulário para Análise Curricular estará disponível no site da empresa contratada e nos Anexos do Edital, e, deverá ser entregue em envelope etiquetado e lacrado, identificado com nome completo do candidato, Programa(s) pretendido(s) e categoria profissional no ato da Prova Objetiva.

Se houver dúvidas quanto ao preenchimento do Formulário para Análise Curricular, o candidato poderá solicitar auxílio à empresa contratada ou Secretária da Comissão de Residência Multiprofissional do HOB.

#### 7. Segunda fase classificatória (Análise curricular e de títulos)

- a) Na documentação enviada no ato da inscrição, devem constar:
- b) Curriculum vitae (preferencialmente da plataforma Lattes);

- c) Histórico escolar;
  - d) Formulário para Análise Curricular preenchido pelo candidato e os comprovantes dos títulos que serão enviados no ato da inscrição via sistema, e que serão autenticados presencialmente após a classificação do candidato na prova objetiva.
  - e) Não serão considerados os documentos apresentados fora do dia, horário e especificações acima determinados.
8. O candidato que não entregar o Formulário para Análise Curricular e os demais documentos citados acima na data prevista obterá nota 0 (zero) nesta fase.
9. A pontuação máxima do item “Estágios” será de até 10 (dez) pontos, obtida através de declarações de estágio de formação profissional complementar ou curricular não obrigatório durante a graduação, em instituições públicas e/ou privadas de saúde, emitidas em documento em papel timbrado da instituição de saúde concedente do estágio, assinado pelo responsável pelo estágio ou pela gestão acadêmica, onde conste a carga horária do estágio ou a carga horária semanal e período de duração do estágio, modalidade do estágio (formação profissional complementar ou curricular não obrigatório), de acordo com a tabela seguinte:

TIPO DE ESTÁGIO	CARGA HORÁRIA	PONTUAÇÃO
Estágio de formação profissional complementar ou curricular não obrigatório em instituições de saúde pública e/ou privada	90 a 120 horas	3 por estágio
	120 a 250 horas	5 por estágio
	Acima de 250 horas	11 por estágio

- a) Estágio de formação profissional complementar ou curricular não obrigatório com carga horária total inferior a 90 horas não será pontuado.
  - b) Estágios curriculares obrigatórios não serão pontuados.
  - c) Só serão considerados para fins de pontuação estágios relacionados com a categoria profissional.
  - d) Caso a pontuação do candidato nesse item ultrapasse os 10 pontos, o excedente não será computado.
10. A pontuação máxima do item “Participação em Projetos de Extensão Universitária, Projetos de Iniciação Científica e Monitorias”, será de 10 pontos, comprovada através de declarações de Instituições de Ensino Superior, reconhecidas pelo MEC, em documento em papel timbrado da instituição, especificando a carga horária semanal, assinado pelo responsável devidamente identificado, onde conste o período de participação do candidato no projeto.

A pontuação segue a tabela abaixo:

PROJETOS DE EXTENSÃO	DURAÇÃO	PONTUAÇÃO
Projetos de Extensão Universitária, Iniciação científica, e/ou Monitoria com o mínimo de 12 horas semanais.	3 a 6 meses	2 cada projeto
	7 a 12 meses	5 cada projeto
	13 a 18 meses	7 cada projeto
	19 a 24 meses	10 cada projeto

- a) Participação em Projetos de Extensão Universitária, Iniciação Científica, e/ou Monitoria com duração inferior a 3 meses e/ou com menos que o mínimo de 12 horas semanais não será pontuado.
  - b) Só serão considerados para fins de pontuação projetos acadêmicos relacionados com a categoria profissional do candidato.
  - c) Caso o candidato obtenha pontuação neste item maior que 10 pontos, o excedente não será computado.
11. A pontuação máxima do item “Produção Científica” será de 10 pontos, obtida por cópia dos artigos científicos publicados, com identificação legível da revista e dos autores ou declaração de inequívoco aceite, dos certificados de apresentação de trabalhos em eventos científicos, ou ainda, cópia dos resumos dos trabalhos científicos apresentados em eventos científicos publicados em anais.



- a) Os trabalhos apresentados em congressos ou em jornadas científicas, em autoria ou co-autoria, terão a seguinte pontuação:

TIPO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	PONTOS
Artigos publicados em revistas científicas indexadas na área	10 cada
Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos ou em revistas científicas e/ou livro ou capítulo de livro em livro com ISBN.	8,0 cada
Trabalhos técnicos em saúde ou manuais em saúde	6,0 cada
Resumos publicados em anais de eventos científicos ou em revistas científicas	4,0 cada

- b) Um mesmo trabalho será pontuado uma única vez, considerando a maior pontuação.  
 c) Só será considerada para fins de pontuação a produção científica relacionada com a categoria profissional do candidato.  
 d) Caso o candidato obtenha pontuação neste item maior que 10 pontos, o excedente não será computado.

12. A pontuação máxima do item “Formação Acadêmica” será de 10 pontos, obtida por cópia de certificados, e terá a seguinte pontuação:

TIPO DE PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS
Curso de curta duração (mínimo de 4 horas)	0,5 ponto por evento	10
Curso de Atualização (mínimo de 30 horas)	2 pontos por evento	10
Curso de Aperfeiçoamento (mínimo de 180 horas)	5 pontos por evento	10
Participação em evento científico (congressos, simpósios e seminários)	1,0 pontos por evento	10

- a) Só serão considerados para fins de pontuação de formação acadêmica, cursos relacionados com a categoria profissional do candidato, em papel timbrado da instituição organizadora e com assinatura do profissional responsável e que conste o nome do candidato e carga horária a que se refere.  
 b) Caso o candidato obtenha pontuação neste item maior que 10 pontos, o excedente não será computado.  
 c) A pontuação máxima do item “Titulação” será de até 10 pontos, obtida por cópia de certificados, e terá a seguinte pontuação:

TITULAÇÃO	PONTOS
<b>Graduação</b>	
Graduado até 2 anos	10
Graduado há mais de 2 anos	5
Especialização Lato Sensu Modalidade Tradicional	1
Especialização Lato Sensu Modalidade Residência	1
Mestrado	1
Doutorado	1

- d) Só será considerada para fins de pontuação a titulação relacionada com a categoria profissional do candidato.  
 e) Só serão considerados para fins de pontuação em Titulação, Diplomas e Certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por Instituição reconhecida pelo MEC, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

- f) Caso o candidato não tenha o Diploma ou Certificação de conclusão do curso, poderá apresentar o histórico ou documento que integralize toda carga horária do curso, desde que conste a aprovação do candidato no curso.
- g) A pontuação da análise dos Currículos será obtida através da média aritmética da pontuação nos itens avaliados.

FORMULÁRIO PARA ANÁLISE CURRICULAR - Pontuação máxima: 10,0 pontos		
Nome do Candidato:		
CPF:	RG:	
Programa de residência:	Categoria Profissional	
Critérios para Análise	Valor de Referência	Pontuação obtida
<b>1: Estágio - Máximo: 10,0 pontos</b>		
90 a 120 horas	3 por estágio	
120 a 250 horas	5 por estágio	
Acima de 250 horas	10 por estágio	
Pontuação total referente a "Estágio":		
<b>2: Projetos de Extensão - Máximo: 10,0 pontos</b>		
3 a 6 meses	2 por projeto	
7 a 12 meses	5 por projeto	
13 a 18 meses	7 por projeto	
19 a 24 meses	10 por projeto	
Pontuação total referente a "Projetos de Extensão":		
<b>3: Produção Científica - Máximo: 10,0 pontos</b>		
Artigos publicados em revistas científicas indexadas na área.	10,0 cada	
Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos ou em revistas científicas e/ou livro ou capítulo de livro em livro com ISBN.	8,0 cada	
Trabalhos técnicos em saúde ou manuais em saúde.	6,0 cada	
Resumos publicados em anais de eventos ou em revistas científicas	4,0 cada	
Pontuação referente a "Produção Científica":		
<b>4: Participação em atividades acadêmicas complementares - Máximo: 10,0 pontos</b>		
Curso de curta duração (mínimo de 4 horas)	0,5 por evento	
Curso de Atualização (mínimo de 30 horas)	2,0 por evento	
Curso de Aperfeiçoamento (mínimo de 180 horas)	5,0 por evento	
Participação em evento científico (congressos, simpósios e seminários)	1,0 por evento	
Pontuação referente a "Participação em atividades acadêmicas complementares":		
<b>5: Titulação - Máximo: 10,0 pontos</b>		
Graduado até 2 anos	10	
Graduado há mais de 2 anos	5	
Especialização Lato Sensu Modalidade Tradicional	1	
Especialização Lato Sensu Modalidade Residência	2	
Mestrado	2	
Doutorado	3	
Pontuação total referente a "Titulação":		
<b>TOTAL (media dos 5 critérios de avaliação):</b>		

**3.3. DA CLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO:**

3.3.1. Cada programa possuirá uma lista geral de classificados.

3.3.2. A ordem de preferência pelos programas não terá influência na classificação em cada programa, sendo utilizada apenas para a formação das listas de aprovados, excedentes e habilitados em cada programa, de acordo com o manifesto desejo do candidato no que se refere à sua ordem de preferência, no ato da inscrição.

3.3.3. A convocação seguirá a ordem dessas listas, respeitando o manifesto desejo de preferência dos candidatos, que serão excluídos da lista de outro programa pela qual fez opção, se estiver classificado na lista de maior prioridade de sua preferência.

3.3.4. O candidato permanecerá como excedente na lista da área de concentração de sua primeira opção, na ordem de preferência.

3.3.5. O candidato com nota suficiente para convocação em mais de um programa será convocado apenas para aquele que definiu como primeira opção, em sua ordem de preferência, caso esteja classificado dentro do número de vagas, sendo excluído da listagem de convocados, excedentes ou habilitados do outro programa escolhido.

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA (EXIGIDA NO ARTIGO 4º DO DECRETO MUNICIPAL N.º 14.297, DE 02 DE MARÇO DE 2012).**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2020 – PROCESSO Nº 02-24/2020**

**D E C L A R A Ç Ã O**

\_\_\_\_\_ (Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de \_\_\_\_\_ (Identificação completa da licitante) doravante denominado \_\_\_\_\_ (Licitante), para fins do disposto no item 12.1.3, letra “c” do Edital do Pregão Eletrônico nº 088/2020, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2020 foi elaborada de maneira independente \_\_\_\_\_ (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2020, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2020, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2020, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2020, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2020, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2020, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2020, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Hospital Metropolitano Odilon Behrens antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa).

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2020  
PROCESSO DE COMPRAS Nº 02-24/2020**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

( ) Microempresa - ME ou ( ) Empresa de Pequeno Porte - EPP, definida no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;

( ) Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, tendo auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

(Assinalar a condição da empresa)

( ) Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)